



Eustógio Wanderley Correia Dantas

MAR À VISTA

Estudo da maritimidade
em Fortaleza

3ª Edição


Imprensa
Universitária
UFC


COLEÇÃO
DE ESTUDOS DA
PÓS-GRADUAÇÃO

Mar à vista

Estudo da maritimidade em Fortaleza

**Presidente da República**

Jair Messias Bolsonaro

Ministro da Educação

Milton Ribeiro

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC****Reitor**

Prof. José Cândido Lustosa Bittencourt de Albuquerque

Vice-Reitor

Prof. José Glauco Lobo Filho

Pró-Reitor de Planejamento e Administração

Prof. Almir Bittencourt da Silva

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Prof. Jorge Herbert Soares de Lira

**IMPrensa UNIVERSITÁRIA****Diretor**

Joaquim Melo de Albuquerque

CONSELHO EDITORIAL**Presidente**

Joaquim Melo de Albuquerque

Conselheiros*

Prof. Cláudio de Albuquerque Marques

Prof. Antônio Gomes de Souza Filho

Prof. Rogério Teixeira Masih

Prof. Augusto Teixeira de Albuquerque

Prof.^a Maria Elias Soares

Francisco Jonatan Soares

Prof. Luiz Gonzaga de França Lopes

Prof. Rodrigo Maggioni

Prof. Armênio Aguiar dos Santos

Prof. Márcio Viana Ramos

Prof. André Bezerra dos Santos

Prof. Fabiano André Narciso Fernandes

Prof.^a Ana Fátima Carvalho Fernandes

Prof.^a Renata Bessa Pontes

Prof. Alexandre Holanda Sampaio

Prof. Alek Sandro Dutra

Prof. José Carlos Lázaro da Silva Filho

Prof. William Paiva Marques Júnior

Prof. Irapuan Peixoto Lima Filho

Prof. Cássio Adriano Braz de Aquino

Prof. José Carlos Siqueira de Souza

Prof. Osmar Gonçalves dos Reis Filho

* membros responsáveis pela seleção das obras de acordo com o Edital n.º 13/2019.

Eustógio Wanderley Correia Dantas

Mar à vista

Estudo da maritimidade em Fortaleza

3ª Edição



Fortaleza
2020

Mar à vista: estudo da maritimidade em Fortaleza

Copyright © 2020 by Eustógio Wanderley Correia Dantas

Todos os direitos reservados

IMPRESSO NO BRASIL / PRINTED IN BRAZIL

Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará (UFC)

Av. da Universidade, 2932, fundos – Benfica – Fortaleza – Ceará

Coordenação editorial

Ivanaldo Maciel de Lima

Revisão de texto

Antídio Oliveira

Normalização bibliográfica

Marta Regina Sales Barbosa

Programação visual

Sandro Vasconcellos / Thiago Nogueira

Diagramação e tratamento de imagens

Sandro Vasconcellos

Capa

Heron Cruz

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Bibliotecária Marta Regina Sales Barbosa CRB 3/667

D192m Dantas, Eustógio Wanderley Correia.
Mar à vista [livro eletrônico] : estudo da maritimidade em Fortaleza / Eustógio
Wanderley Correia Dantas. 3. ed. -- Fortaleza: Imprensa Universitária, 2020.
4489 Kb : il. color ; PDF. -- (Coleção de Estudos da Pós-Graduação)

ISBN 978-65-88492-12-3

1. Maritimidade - Brasil – Nordeste. 2. Geografia Histórica – Brasil – Nordeste.
I. Título.

CDD 911.8131

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
CONSIDERAÇÕES INICIAIS	9
Capítulo 1	
MATRIZ DA CONSTRUÇÃO DA MARITIMIDADE NO CEARÁ COLONIAL	12
Capítulo 2	
MARITIMIDADE EM UMA CIDADE MARCADA POR IMAGINÁRIO INTERIORANO: CONSTRUÇÃO DA CAPITAL DO SERTÃO	18
A abertura de Fortaleza para o mar	20
Fortaleza, cidade litorânea-interiorana	25
Cidade marcada por imaginário interiorano	30
Capítulo 3	
O TRIUNFO DO MAR: TRANSFORMAÇÕES OCORRIDAS NO SÉCULO XX	34
A incorporação das zonas de praia de Fortaleza como espaço de lazer e veraneio	36
A ocupação da periferia pelas classes abastadas	36
A ocupação da periferia pelos pobres	38
A construção da cidade policêntrica e a zona de praia: entre 1940 e 1970	40

Reforço do movimento de ocupação das zonas de praia nos anos 1940-1970	42
Fortaleza se volta para o mar, pós-1970	48
Os calçadões	48
Os polos de lazer	53
Veraneio e incorporação da totalidade dos espaços litorâneos do Ceará	58
Cidade litorânea-interiorana que se faz litorânea-marítima pós-final dos anos 1980	62
Fortaleza se volta para a zona costeira	62
Fortaleza, centro de recepção e de distribuição dos fluxos turísticos	64
A construção da imagem turística de Fortaleza: a <i>Cidade do Sol</i>	70
CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
BIBLIOGRAFIA	76
O AUTOR	82

APRESENTAÇÃO

No início do século XIX, o inglês Henry Koster, residente em Pernambuco, fez uma viagem ao Ceará. No seu livro *Viagens ao Nordeste do Brasil*, publicado em 1817, comentou a Vila de Fortaleza “edificada sobre terra arenosa, em formato quadrangular, com quatro ruas partindo da praça e mais outra, bem longa [...]. As casas têm apenas o pavimento terreo e as ruas não possuem calçamentos [...]. Tem três igrejas, o palacio do Governador, a Casa da Camara e prisão, Alfandega e Tesouraria. Os moradores devem ser uns mil e duzentos [...]”. Mais importante do que a descrição da cidade, na perspectiva geográfica, são as questões que ele levantou sobre a sua localização: “Não é muito para compreender-se a razão de preferencia dada a este local. Não há rio nem cáis e as praias são más e de acesso difícil. As vagas são violentas e o recife oferece proteção bem diminuta aos navios, viajando ou ancorados perto da costa [...]. A costa é escarpada, determinando uma ressaca perigosa para os barcos que procuram ancoragem perto do litoral [...]. O porto é exposto e máu. Os ventos são sempre do sul e de leste [...]. A dificuldade de transportes terrestres, particularmente nessa região, e falta de um porto, as terríveis secas, afastam algumas ousadas esperanças no desenvolvimento de sua prosperidade” (edição de 1942, p. 164-167).

Na Geografia, desde cedo, houve o debate sobre sítio e situação. Lembro os comentários sobre a situação excelente de Argel, que compensava as dificuldades do sítio. Mas, no caso de Fortaleza, as dificuldades se situavam nas duas escalas. Porém, apesar das previsões pessimistas de Koster, a cidade se consolidou e se transformou na segunda

metrópole nordestina em população, e certamente ultrapassará, em breve, Salvador.

Como explicar esse “milagre”? O livro *Mar à Vista. Estudo da Maritimidade em Fortaleza*, de autoria do colega Eustógio Wanderley Correia Dantas, agora em terceira edição, consegue explicar, com enorme capacidade de síntese, o processo singular de desenvolvimento desse povoado, cidade e metrópole.

Podemos começar pelo *insight* da escolha do título: a partir da exclamação “Terra à vista!”, que lembra os gritos de felicidade dos marinheiros depois de longa e perigosa navegação através do Atlântico, “Mar à vista” corresponde ao seu inverso: a chegada dos viajantes a partir do sertão, encontrando o litoral, como no caso cearense.

Neste caso, pode-se tratar de singularidade em vários aspectos. No Ceará, o clima semiárido vai até o litoral, o que contrasta totalmente com a Zona da Mata pernambucana ou com o Recôncavo baiano. Nessas duas regiões, o complexo latifúndio, produção de açúcar para exportação e escravidão formam um conjunto, que deixou enormes consequências, sobretudo nas imensas desigualdades sociais, situação bastante diferente do Ceará. Capistrano de Abreu destacou que no Ceará os escravos eram mais numerosos no Sertão, e certamente, além do papel histórico dos jangadeiros, não foi por acaso que o Ceará, com o atual Amazonas, foram as duas províncias que anteciparam em quatro anos a abolição da escravidão.

De fato, a partir de uma abordagem geohistórica, Eustógio comenta que a penetração do território do Ceará não começou pelo litoral. A economia era baseada na criação de gado e, posteriormente, na produção de charque. Tudo muda no século XIX. As dificuldades de navegação a vela, diante das correntes marítimas e aéreas, foram superadas pela navegação a vapor. Junte-se no mesmo período a exportação do algodão, produto bem adaptado às condições climáticas regionais, e com grande demanda com o desenvolvimento da revolução industrial na Europa. A Guerra da Secessão nos Estados Unidos ampliou a demanda da produção do algodão em escala mundial.

O livro nos informa que Fortaleza passou de apenas 3.000 habitantes, em 1800, para 16.000, em 1863, e 21.372, em 1872. Esse último

quantitativo equivale à população de Salvador no início do século XVIII. Mas junto da navegação a vapor veio a ferrovia. A cidade cresceu seguindo planos (1824) e esquemas topográficos (1875), com a construção de bulevares, sob influência francesa, seguidos pelos primeiros clubes, uma especialidade cearense.

O litoral começou lentamente a ser valorizado com os banhos de mar e o tratamento de doenças respiratórias, mas as praias eram ainda ocupadas por pescadores e emigrantes pobres, sobretudo, retirantes das secas, que implantaram as primeiras favelas. Aqui ocorre outra diferença: os flagelados são pobres “externos”, enquanto, em Salvador, a maioria dos pobres são “internos”, descendentes da população de origem escrava. Em Recife, temos os dois casos.

No século XX, o autor nos informa que as praias começam ser valorizadas, com o “O triunfo do Mar”, ou seja, agora as zonas de praia se transformam em espaço de lazer e de veraneio. Porém, Fortaleza ainda era uma cidade litorânea com “uma alma sertaneja”, o que mantém a sua singularidade.

Os agentes responsáveis por esse processo vão aparecendo: as classes abastadas se retiram do centro da cidade, e residências secundárias são implantadas na Praia de Iracema e chácaras no bairro de Meireles. Clubes são instalados na praia Formosa. Por outro lado, as obras do porto de Mucuripe vão causar erosão na Praia de Iracema, processo semelhante ao que ocorreu em Olinda, com as obras do porto de Recife.

Eustógio nos informa que, nos anos 1940-1970, vai ser construída a Cidade policêntrica: com o impacto da industrialização, com os recursos da Sudene, há um desenvolvimento de bairros como Aldeota, uma descentralização do comércio de luxo, e aumenta a divisão leste/oeste da cidade entre habitação “nobre” e as classes menos abastadas. A construção da avenida Leste-Oeste vai ser fundamental para a construção da “cidade litorânea”. Nos anos 1950, há a mudança do porto para Mucuripe, em paralelo à migração de sertanejos que se implantam na favela de Pirambu. Outra infraestrutura fundamental para a valorização do litoral é a construção da avenida Beira-Mar, concluída em 1963, com a urbanização do bairro de Meireles e sua ocupação pelas classes abastadas.

Em 1970, o autor destaca que a totalidade do entorno das praias de Fortaleza já está ocupado: Iracema, Meireles, Mucuripe e Pirambu, Formosa, quando as favelas são erradicadas e a população das mesmas é deslocada para conjuntos habitacionais. Agora aparecem processos semelhantes às demais metrópoles nordestinas. Fortaleza vai perdendo sua singularidade.

No período pós-1970, Eustógio confirma que “Fortaleza se volta para o mar”, tanto por meio de políticas públicas, como nas ações da iniciativa privada. Destaca então a implantação de “calçadões” e de polos de lazer, assim como o início da verticalização da zona leste, atendendo a uma demanda interna, sobretudo das classes privilegiadas e de uma demanda externa, do turismo. Como resultado da Lei do Solo de 1970, aparecem os hotéis e os arranha-céus luxuosos, mas também os pobres que começam a frequentar a área devido à acessibilidade das linhas dos ônibus.

Nos anos 1980, segundo a interessante fórmula encontrada por Eustógio, a cidade passa de “cidade litorânea interiorana” para “cidade litorânea marítima”. Outros calçadões foram implantados nas praias de Iracema, do Futuro e da Leste-Oeste. Também os processos vão mudar de escala: já a partir de anos 1970 os empreendedores imobiliários e os loteadores vão atender à demanda de veranistas, de residências secundárias, no litoral dos municípios vizinhos. Programas governamentais, como o Prodetur nacional e cearense, vão planejar o território voltado para o turismo na escala regional, com recursos do BNB e do BIRD.

Finalmente, Fortaleza torna-se um centro de recepção, ponto de chegada e distribuição de fluxos turísticos nos anos 1990, com a construção do novo aeroporto internacional e de vias litorâneas, recebendo 15% do fluxo turístico do Nordeste, terceiro lugar em 1998, situação que deve ter sido ampliada mais recentemente.

Fortaleza agora vai competir com outras metrópoles nordestinas, e atrair os turistas com novos equipamentos como o Centro Cultural Dragão do Mar e do Mercado Central. Junte-se a construção de uma imagem turística de Fortaleza como “Cidade do Sol”, por intermédio de importantes investimentos no *marketing*.

Tudo que era negativo agora é valorizado: litoral semiárido, temperatura média, concentração de chuvas “que permitem a exploração turística quase todo ano”, ao contrário de Recife e Salvador. No litoral cearense, a natureza é valorizada: praias, dunas, falésias...

Para concluir, este estimulante livro sobre Fortaleza deve ser mais difundido, pois é um exemplo da diversidade das metrópoles brasileiras, e, em função dessa diversidade, não é possível continuar a aceitar um modelo simplificado como o de centro (rico) / periferia (pobre), como referência principal a São Paulo, quando outras cidades e metrópoles apresentam especificidades próprias na competição pelo espaço.

Nas cidades litorâneas nordestinas, a disputa dos espaços de praia, valorizados para implantação de hotéis de luxo e prédios de apartamentos com “vistas para o mar”, correspondem a diferentes transformações ao longo do tempo efetuadas por agentes sociais, que resultaram, no caso de Fortaleza, em um verdadeiro “giro” espacial: uma cidade situada em um contexto natural difícil, como sol “inclemente” e chuvas escassas, transformou-se em uma metrópole onde esses recursos passaram a ser valorizados: sol e praia o ano todo para turistas nacionais e estrangeiros, apoiada no forte *marketing* da imagem da “Cidade do sol”.

Salvador, 15 de julho de 2020

Pedro de Almeida Vasconcelos, Ph.D

Professor Titular em Geografia; Pesquisador CNPq 1-A

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Quadros de imagens repulsivas associadas ao mar eram tão marcantes que Jean Delumeau (1978), em sua *História do medo no ocidente*, chega a definir o mar como espaço associado constantemente ao medo. Os europeus evitavam aventurar-se muito distante da costa e dos mares interiores. Para eles, longe da costa, encontrava-se o desconhecido, vinculado constantemente a representações místicas as quais falavam de obstáculos intransponíveis: o abismo que engolia os navios, o mar habitado por monstros e deuses coléricos, o mar repleto de recifes desumanos... Ademais, esse medo associava-se sempre a imagem relacionada à morte. O mar propiciava invasões. O mar das tempestades provocava naufrágios. O mar das pilhagens dos piratas. O mar como elemento hostil, com seus mangues geradores de miasmas que interdita as culturas.

Necessária tornou-se a reversão dessa série de imagens repulsivas para os europeus: seres por essência interioranos e, conseqüentemente, ligados à parte sólida da terra (LA BLACHE, 1995) passaram a desafiar o mar. A essa regra, convém ressaltar exceções, pois, conforme Prevelakis (1996), o marítimo, na Grécia, sempre esteve posto como elemento importante na constituição do imaginário social da sociedade.

Alain Corbin (1988), ao evocar as figuras iniciais da admiração pelo mar, apresenta rápida transformação imposta, após o século XVII, pela Teologia Natural. Essa visão de Deus e do mundo contribuiu para a eliminação das imagens repulsivas, apresentando a Terra como um livro redigido pelo Criador e dedicado ao homem.

Com base nessa premissa, constrói-se agradável visão dos espaços litorâneos, criados por Deus para o bem-estar dos homens e para o desenvolvimento de condições otimizadas à navegação.

Esse discurso significa verdadeiro

[...] hino à navegação que aproxima os homens, que permite ao marítimo de admirar a Terra inteira, que encoraja o comércio e, sobretudo, que autoriza o deslanche do esforço missionário (CORBIN, 1988).

Aliado a inovações no domínio da navegação, esse discurso permite a transformação das zonas de porto em janelas, a partir das quais, os contatos puderam ser estabelecidos. A modificação de mentalidade dos europeus, a fabricação de novos instrumentos de navegação e os progressos associados à oceanografia conseguem transformar o mar em traço de união por excelência.

Com as grandes navegações, o mar torna-se via de circulação necessária no Hemisfério Austral (LA BLACHE, 1995). A nova caracterização do mar constitui lógica que deixa de ser continental para se tornar, sobretudo, periférica. Graças ao comércio, o homem consegue abrir o mar a uma circulação sem limites, revelando nova familiaridade dos europeus com o elemento líquido. Evocar a familiaridade implica indicação do quadro constituidor do movimento de expansão europeu dirigido para a América, Austrália e África do Sul, que possibilita, a partir do êxodo crescente de europeus para esses continentes, o estabelecimento de contatos (comunicação) entre diferentes ecúmenos distribuídos no globo (LA BLACHE, 1995).

A elaboração da noção de maritimidade no Ceará, ou seja, da constituição das relações da sociedade local com o mar, será evidenciada a partir desse contato inicial e de seus desdobramentos. Em suma, da relação de estranhamento entre duas culturas e dois povos, autóctones e europeus, que evolui, em virtude da miscigenação (MENEZES, 1995), para a formação de um imaginário social brasileiro, que conforme Gilbert Durant (1996)

[...] trata-se de uma relação na qual [...] o conquistador ao assimilar tão profundamente os valores locais (lugar geográfico, climático, ci-

vilizacional, étnico, etc.) propicia o nascimento de um povo, de uma cultura, de um imaginário novo.

Tornar-se-á evidente a elaboração da noção de maritimidade como resultado do processo de ocidentalização, cuja matriz é Fortaleza, cidade com estilo e ritmo amplamente marcados por relações estabelecidas com o exterior, a Europa.

Esta análise busca fundamentar a maritimidade a partir das relações que os homens (em Fortaleza-Ceará) estabelecem entre si e o semiárido. Relações arbitradas, como veremos na sequência, por uma dimensão de caráter socioeconômico, tecnológico e simbólico que suscita a elaboração de uma noção de maritimidade particular ao Ceará, cuja capital é a principal tributária.

Essa noção evolui no tempo, em virtude da adoção de geoestratégia específica de organização dos espaços semiáridos do Nordeste, dado explicitador das nuances do fenômeno de valorização dos espaços litorâneos cearenses, da descoberta à mutação turística contemporânea.

Mediante trabalho fundado em duas lógicas de organização do espaço (a primeira, de caráter antigo; e a segunda, característica do século XX), respaldadas nas relações específicas da sociedade local com os espaços litorâneos, assim se ressaltará a caracterização de Fortaleza, inicialmente como Capital do Sertão e, posteriormente, como Cidade do Sol. A presente análise possibilitará a compreensão da passagem de uma cidade litorânea com alma de sertão (litorânea-interiorana) para cidade litorânea que se torna marítima (litorânea-marítima), em decorrência da consolidação das novas práticas marítimas associadas ao lazer e ao turismo.

A terceira edição de *Mar à vista* constitui-se, em parte, de resultados de pesquisa desenvolvida no cerne de reflexões delineadoras de uma Geografia do Litoral nos trópicos cuja matriz de abordagem geohistórica possibilita auxiliar na apreensão da lógica contemporânea de urbanização litorânea marítima no Nordeste do Brasil e, com maior ênfase, na cidade de Fortaleza/Ceará/Brasil.

Capítulo 1

MATRIZ DA CONSTRUÇÃO DA MARITIMIDADE NO CEARÁ COLONIAL

No Ceará colonial, o litoral não constitui ponto de penetração. Embora a ocupação inicial ocorra sobre essa parcela do território, aspectos tecnológicos, naturais e simbólicos apresentaram-no como quadro impróprio à penetração e justificador do fraco desenvolvimento dessa zona, em relação ao sertão. O litoral mostra-se como presa fácil para o sertão, evidenciando-se como tributário e dependente desse espaço.

No Ceará, o estabelecimento de portos no litoral e o reforço das cidades que os controlavam (Aracati, com sua zona de porto situada a três léguas dessa cidade, e Sobral, dominando os portos de Camocim e Acaraú) resultam na ênfase do sertão como zona produtora de carne-seca e de outros artigos destinados ao mercado regional.

Em virtude da dependência em relação ao sertão, o litoral se caracteriza como território da pesca, representando paisagem característica das regiões litorâneas semiáridas. Nessas regiões, a pesca reinava quase que absoluta, com fraca agricultura de subsistência (a mandioca, o algodão, os cereais...) em contraponto àquela desenvolvida na Zona da Mata.

Conforme indica Thomaz Pompeu Sobrinho (1937), no Ceará, existia uma Zona de Pescadores onde predominava o elemento indígena. Os indígenas se distribuíam sobre o território: do Rio Grande do

Norte ao rio Ceará, encontravam-se índios da família Tupi (os Potiguara) e, desse ponto até a fronteira com o Maranhão, os da família Tapuia (os Tremembé). O território achava-se quase que completamente ocupado por indígenas, com algumas exceções: a) nas zonas de porto, onde as trocas estabelecidas justificavam a presença de outros grupos étnicos; b) em Fortaleza, onde a posição de sede governamental garantia a presença desses grupos; c) em algumas vilas litorâneas do século XVIII, notadamente Aquiraz.

Como a incorporação do litoral se funda em ocupação fortemente indígena e em desenvolvimento importante da atividade da pesca, pode-se pensar que a consolidação dessa atividade se relaciona a esse tipo de ocupação? Se a criação de gado, no sertão, era desconhecida pelos índios, não podemos dizer o mesmo no que se refere à pesca. A pesca era conhecida pelos índios brasileiros antes da chegada dos colonizadores e significava, sobretudo, a procura por fontes de alimento que tornavam o mar atraente para a “humanidade primitiva” (LA BLACHE, 1995).

A singularidade dessa zona é a de não ter sido marcada pelo latifúndio. A divisão do território brasileiro em *sesmarias* realiza-se tão-somente em zonas economicamente viáveis. Em decorrência de suas características naturais e estratégicas, as zonas de praia interessam unicamente aos governantes portugueses, temerosos de provável invasão estrangeira.

Preocupados com a ocupação do território que representasse obstáculo à defesa da colônia, a Coroa Portuguesa estabelece jurisprudências sobre a ocupação das *marinhas* (PORTO, 1965). A primeira figura na Carta Real de 12 de novembro de 1698, estipulando que os terrenos pertenciam ao rei, único responsável (por meio de seus representantes) pela determinação de usos possíveis (ABREU, 1997).

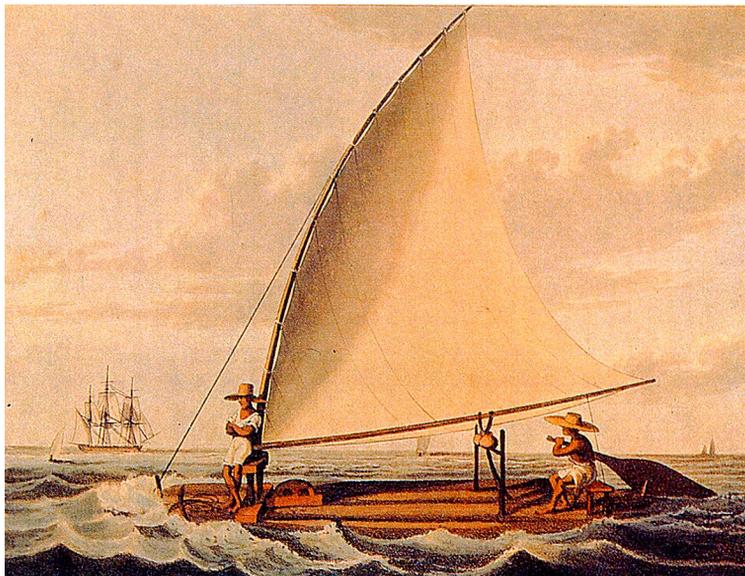
As jurisprudências não impediam a atividade da pesca, indicando abertura à exploração baseada nessa atividade e possibilitando o surgimento das primeiras comunidades de pescadores no litoral.

Essas comunidades são originárias, principalmente, dos antigos grupos indígenas que habitavam o litoral, sendo sua emergência resultante de aspectos judiciais e de inovações tecnológicas advindas do Ocidente. No primeiro domínio, dos aspectos judiciais, assiste-se à

constituição de estrutura fundiária baseada na propriedade privada, o que provoca o fim dos deslocamentos sazonais, em busca de alimento, notadamente a coleta de frutos e de mel, mas também a caça. No segundo domínio, das inovações tecnológicas, observa-se processo de aperfeiçoamento dos equipamentos de pesca (especialmente as embarcações – as jangadas) e da utilização de instrumentos ocidentais (o anzol, a rede...), que favorecem o desenvolvimento de comunidades exclusivamente marítimas, fundadas apenas na pesca. De fato, trata-se de arsenal técnico e de conhecimentos dos europeus que melhoram o *savoir-faire* do autóctone. Essa potencialização é, ao mesmo tempo, causa e consequência da “sedentarização”.

Pode-se concluir que o tipo de sedentarismo dos grupos indígenas, moradores nas zonas de praia, resulta das trocas estabelecidas entre índios e europeus, reforçadas e enriquecidas pelo fenômeno de miscigenação intensa, no qual o elemento vindo do sertão junta-se ao do litoral. São elementos mestiços que, fugindo das secas, encontram refúgio nas comunidades de pescadores nas zonas de praia.

Figura 1 – Jangada pintada por Henry Koster (1809)



Fonte: Quadro de Henry Koster, viajante a visitar o Brasil em 1809.

Acredita-se, entretanto, que essa miscigenação não apaga as representações dominantes do elemento indígena. Tal hegemonia evidencia-se, a princípio, na herança deixada no domínio dos mitos e crenças que marcavam a vida das comunidades de pescadores, dando-lhes sentido e respondendo aos receios em relação ao mar. Ela manifesta-se, em seguida, no fato de tais comunidades serem verdadeiras sociedades de subsistência.

No que se refere aos mitos que alimentavam receios em relação ao mar, convém ressaltar aquele dos homens marinhos. Esse mito, inicialmente mencionado por Jean de Léry (1994) no século XVI, foi reapresentado por Gabriel Soares de Sousa, no século XIX, em seu *Tratado Descritivo do Brasil*, de 1857.

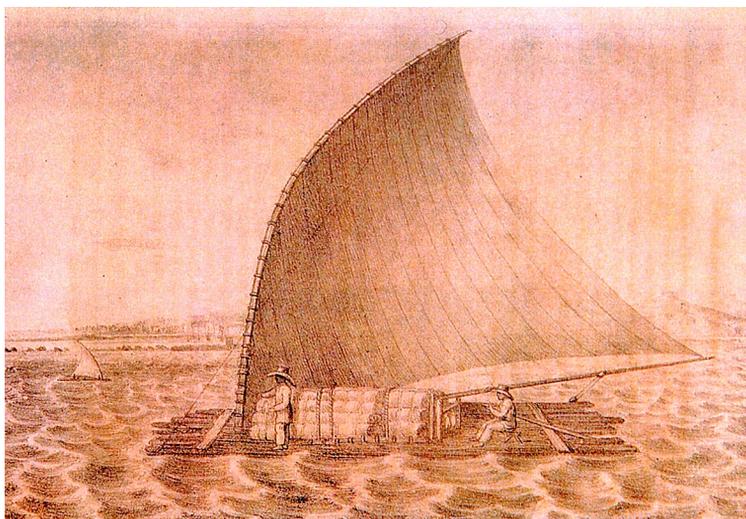
[...] não há dúvida senão que se encontram na Bahia e nos recôncavos dela, muitos homens marinhos, a que os índios chamam pela sua língua ipupiara, os quais andam pelos rios d'água doce pelo tempo do verão, onde fazem muito dano aos índios pescadores e mariscadores que andam em jangadas, onde os tomam, e aos que andam pela borda da água, metidos nela; a uns e outros apanham, e metem-nos debaixo d'água, onde os afogam; os quais saem a terra com a maré vazia, afogados e mordidos na boca, nariz e na sua natura; e dizem outros índios pescadores que viram tomar a esses mortos que viram sobre água uma cabeça de homem lançar um braço fora dela e levar o morto; e os quais viram se recolheram fugindo à terra assombrados, do que ficaram tão atemorizados que não quiseram tornar a pescar daí a muitos dias; o que aconteceu também a alguns negros da Guiné; os quais fantasmas ou homens marinhos mataram por vezes cinco índios meus; e já aconteceu tomar um monstro desses dois índios pescadores de uma jangada e levarem um, e salvar-se outro tão assombrado que esteve para morrer; e alguns morrem disto (SOUSA, 1974).

A invocação dos índios pescadores evidencia o processo de sedentarização que não elimina os mitos indígenas no século XVI, ao contrário, eles constituem uma herança deixada para aqueles que se dedicavam à pesca.

No que se refere à constituição em sociedades de subsistência, pode-se falar, de certa maneira, da reprodução do estilo de vida indígena que cria um quadro comportamental e social desprovido das vicis-

situdes do mercantilismo. Os pescadores pescavam exclusivamente para alimentar seus familiares, prática frequente que leva os contemporâneos a classificá-los como preguiçosos, a exemplo dos índios.

Figura 2 – Jangada pintada por James Henderson (1819-1821)



Fonte: Quadro de James Henderson, diplomata em visita ao Brasil, entre 1819-1821.

As comunidades de pescadores encontram-se, na totalidade do território cearense, representando outro modelo de ocupação do espaço, baseado essencialmente na pesca. Tal atividade engendra a criação de verdadeiras comunidades marítimas no litoral, e até nas regiões vizinhas de Fortaleza. Nessa cidade, elas constituem o germe de formação das comunidades do Mucuripe e do Meireles (atualmente integradas à zona urbana de Fortaleza).

A preponderância da pesca, nas regiões litorâneas vizinhas de Fortaleza, conduz João Brígido (1910) a referir-se a essa cidade como pequenino arraial de pescadores, onde residia o capitão-mor, alguns mercadores portugueses e pequena força destacada de Pernambuco.

Embora se tratando de efeito de estilo exagerado, torna-se necessário ressaltar que, à época, Fortaleza constituía-se em cidade pobre e sem comércio importante, que, para assegurar a alimentação

dos habitantes, tentava submeter as zonas vizinhas, entre outras, a dos pescadores. Esse ensaio de dominação passava pela instauração de regulamentação judiciária, à iniciativa do Conselho Municipal, visando a assegurar a sobrevivência.

Diante dessa perspectiva, a venda de farinha é regulamentada, e a da carne, taxada. Conforme João Brígido (1910), a regulamentação adquire caráter vexatório no que concerne às pescarias e ao consumo de peixe. Trata-se da ordenança de 26/10/1811, parágrafos 1º, 2º e 3º:

§1º que todos os jangadeiros serão obrigados todos os dias a ir pescar com suas jangadas ao mar e isto a horas competentes, salvo quando o tempo for tal, que eles de força não possam ir ao mar, debaixo das penas de 30 dias de cadeia, cada um dos jangadeiros;

§2º que para execução desse artigo primeiro, elegem e determinam que um dos jangadeiros de mais porte e capacidade seja cabo, a quem todos os outros jangadeiros respeitarão e obedecerão, como oficial de justiça, ficando esse cabo obrigado a fazer sobreditos jangadeiros irem pescar no mar, assim como pertence também a esse cabo decidir se os ventos e o tempo são favoráveis ou não à dita pescaria, para que a Câmara lhe mandará passar o seu alvará e gozará de todos os privilégios e imunidades de que gozam os meirinhos, com declaração porém que toda omissão que tiver sobredito cabo no seu ofício será castigado com 30 dias de prisão e desde já nomeiam para cabo dos jangadeiros Antonio Raimundo do Nascimento etc;

§3º que, primeiro que se sirva na repartição do pescado a todo público, se tirará com preferência para o governador da capitania, para o ouvidor estando na vila, para os vereadores e procurador do conselho e almotacés, para os deputados das juntas, para o vigário da freguesia e capitão-mor e todos os mais empregados em ofícios de fazenda ou justiça e igualmente para todos os oficiais de tropa de linha.

Com a regulamentação, os pescadores foram reduzidos a *uma condição quase servil* (BRÍGIDO, 1910), fato que colocava em questão um estilo de vida baseado em quadro comportamental e social que escapava à racionalidade mercantilista.

Capítulo 2

MARITIMIDADE EM UMA CIDADE MARCADA POR IMAGINÁRIO INTERIORANO

Construção da capital do sertão

A lógica dicotômica entre o sertão e o litoral só será questionada no início do século XIX, com a adoção de geoestratégia reforçando o papel de Fortaleza na vida econômica, política, social e cultural da capitania. A geoestratégia inscreverá Fortaleza na lógica característica das cidades litorâneas que se abrem para o exterior, sem abdicar, no seu caso, de herança proveniente de quadro simbólico do sertão. Constrói-se uma cidade litorânea-interiorana, que redescobre o mar continuando interiorana, ligada ao sertão. Esse quadro simbólico interiorano media a aproximação da cidade aos espaços litorâneos. A aproximação de ordem econômica, reforçada por medidas políticas, evolui lentamente para a abertura cultural da elite (em razão dos contatos estabelecidos com a Europa) diante das zonas de praia, ocupadas exclusivamente pelos pobres, em especial, os pescadores.

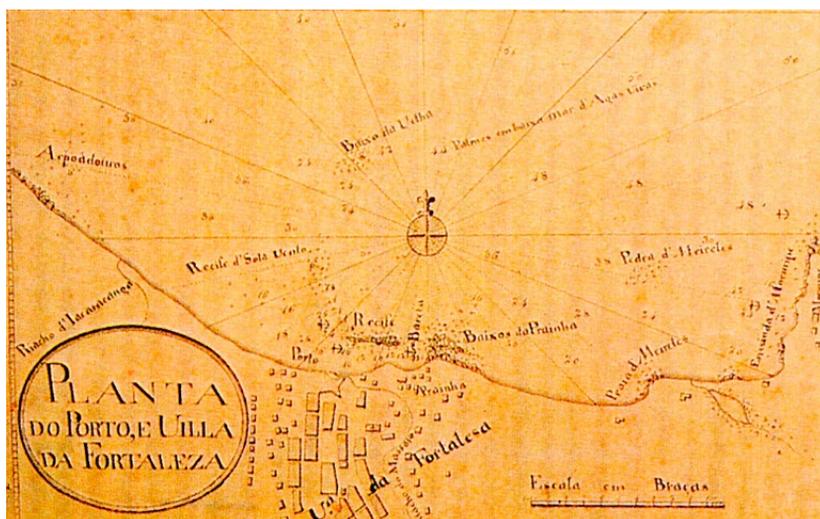
O desenvolvimento das primeiras práticas marítimas no Ceará (os tratamentos terapêuticos, os banhos de mar e as caminhadas na praia) respondia à demanda de uma sociedade de lazer (que é construída e se amplia na capital) e se justifica na construção da *Capital do Sertão*, imagem resultante da simbiose entre sertão e litoral, nutrida e alimentadora da abertura cultural da sociedade local que descobre as zonas de praia, sem perder seu caráter interiorano.

O novo quadro, propiciador de abertura cultural da elite, dá-se graças ao aspecto de ordem político-administrativa, notadamente a independência do Ceará em face de Pernambuco e abertura dos portos brasileiros às nações amigas, que indicaram elementos possibilitadores da construção da dominação do litoral sobre o sertão.

Após a independência, o Ceará começa a dispor de governador independente de Pernambuco. O contexto político põe em questão o quadro que assegurava a dominação econômica de Pernambuco em detrimento de Fortaleza. Associada à abertura dos portos, a capital pôde lançar-se na implementação de projetos visando a comercializar diretamente com a Europa, colocando em xeque o sistema anterior, que só beneficiava determinados portos.

O governador Luís Barba Alardo de Menezes (1806-1812), figura representativa da época, questiona, com frequência, a relação de dependência quanto a Pernambuco. Em documento singular, evidencia as boas condições de navegação existentes em Fortaleza, notadamente sua posição geográfica (MENEZES, 1897).

Figura 3 – Carta de Fortaleza, início do século XIX



Fonte: Antônio José da Silva Paulet, Carte de la Capitainerie du Ceará - 1813.

[...] de 1803 em diante a sua agricultura tem ido no maior augmento, e muito mais ainda o seu commercio, em rasão do seo local, por terem os seus portos a vantagem sobre os outros do Brasil de serem as viagens para a Europa, e d'ahi para os ditos, muito mais abreviadas, por soprarem os ventos constantemente de nordeste para léste sueste, e de não encontrarem dorante ella, baías, e ser de facil reconhecimento, pelas grandes montanhas (MENEZES, 1897).

O resultado imediato desse embate foi a abertura de Fortaleza para o mar, com conseqüente animação das zonas de praia (o porto), iniciada com o envio de navio carregado de mercadorias e algodão a Londres em 1809 (BRÍGIDO, 1910).

A abertura de Fortaleza para o mar

Graças ao porto e ao desenvolvimento da cultura do algodão, acontece a abertura de Fortaleza para o mar. Essa cultura alimenta o fluxo expressivo de barcos transportando mercadoria, principalmente para a Inglaterra. João Brígido fala de volume correspondente a 16.000-17.000 arrobas por ano (240.000-255.000 quilogramas), volume tão significativo, que justifica o estabelecimento da primeira casa comercial em Fortaleza, no ano de 1811, pelo irlandês William Wara.

Fortaleza foi a principal beneficiária da intensificação da cultura do algodão no Ceará, cultura que provoca, à medida que o porto sobressaía, a dominação das regiões produtoras de algodão.

Essa dominação, inicialmente restrita à vizinhança de Fortaleza, permite a afirmação da capital no quadro urbano estatal: de cidade de terceira ordem e posicionada em oitavo lugar, no século XVIII, torna-se cidade de primeira ordem, no século XIX, e classificada em segundo lugar, perdendo somente para Sobral, a principal cidade do Ceará, entre 1800-1850.

Fortaleza começa a conformar-se ao modelo clássico das cidades litorâneas exercendo papel de capital. A reestruturação caracterizou-se por viva concorrência entre as cidades cearenses. Para ascender à segunda posição, Fortaleza investe sobre cidades importantes na época, rivalizando com aquelas – especificamente Aracati, Icó e

Crato – que se inscrevem na lógica antiga de comunicação e são tributárias de Pernambuco.

No conflito de interesses, Fortaleza emprega todas as armas de que dispõe para ampliar a zona de influência e de dominação. Aproveitando-se da posição de capital (principalmente após consubstanciação do Brasil império), legisla sobre tarifas alfandegárias e investe na construção de vias de comunicação.

A primeira medida, inscrita no domínio político-administrativo, possibilita a incorporação das regiões produtoras de algodão gravitando na zona de influência de Sobral. A integração dá-se por motivo de baixa de 50% nas tarifas alfandegárias dos produtos exportados, a partir de Fortaleza. Após a baixa, decretada em 27 de maio de 1803, todo o algodão produzido no norte do Ceará passa a ser enviado, pelos portos de Camocim e Acaraú, ao porto de Fortaleza.

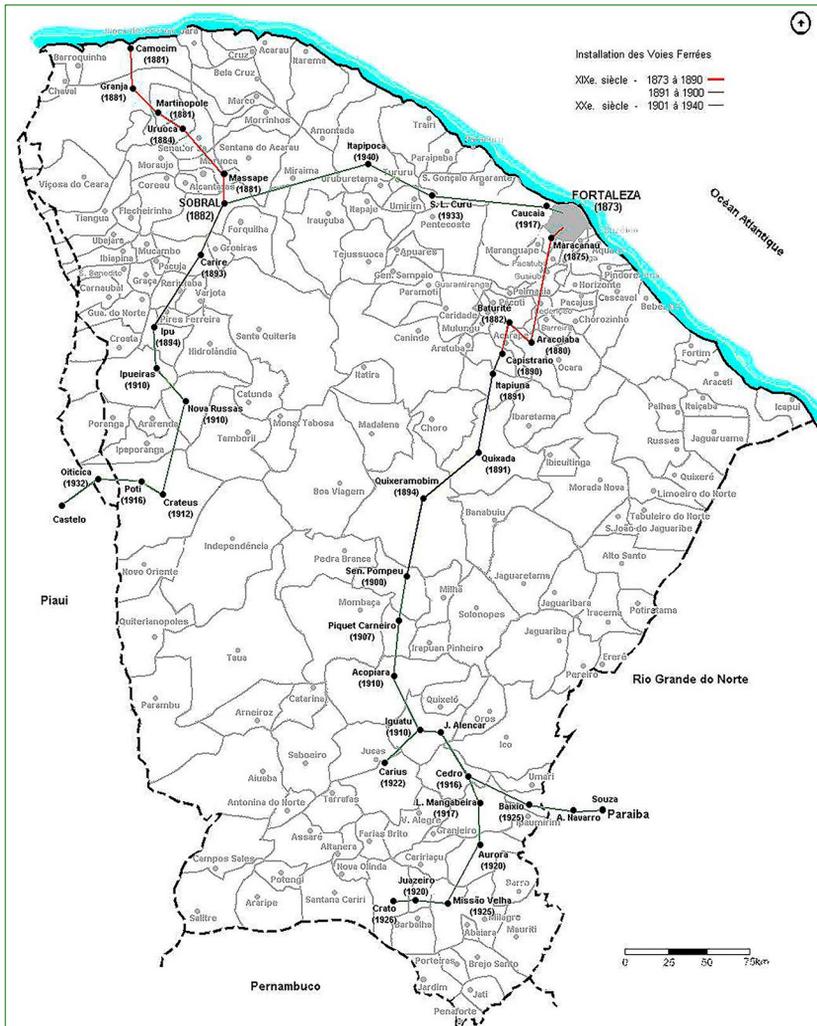
A segunda medida, inscrita no domínio tecnológico e complementar da primeira, determina a construção do sistema ferroviário ligando Fortaleza ao sertão. A consolidação desse sistema propicia a incorporação gradual da zona produtora de algodão à área de influência e de dominação de Fortaleza: inicialmente nas vizinhanças de Fortaleza e posteriormente em detrimento das zonas de influência de Icó/Aracati e de Sobral.

A implementação do sistema de vias desestrutura uma antiga lógica de comunicação, fundada nas vias de penetração natural (os rios) e nas estradas antigas, que impedia a Fortaleza do século XVIII de exercer papel relevante no quadro socioespacial urbano do Ceará. Pode-se concluir que a capital aproveitou-se da colaboração da estrada de ferro com a navegação a vapor para se tornar ponto de drenagem de mercadorias, reforçando, assim, as relações entre litoral e sertão (SILVA, 1992).

Esse reforço possibilita a geração de importante fluxo demográfico do sertão para o litoral. Para se ter ideia desse fluxo, Fortaleza passa de uma população estimada em 3.000 habitantes, em 1800, para 16.000 habitantes, em 1863, e a 21.372, em 1872.

É a evolução demográfica a matriz de transformações de ordem quantitativa (crescimento econômico e ampliação da área ocupada pela cidade) e qualitativa (construção de um quadro de vida urbano).

Mapa 1 – Evolução do Sistema Ferroviário Cearense



Fonte: Dantas (2000).

À medida que Fortaleza é construída e cresce, lançam-se as bases de constituição de um quadro de vida urbana específica. Fala-se em especificidade para ressaltar a importância do contingente populacional advindo do sertão. Com a chegada ao litoral, esse contingente interiorano

confronta-se com o meio e constrói uma cidade que exprime as relações com o semiárido. Fundando-se em novas representações do litoral, anuncia-se a criação de novo homem e de nova sociedade em Fortaleza.

Os emigrantes do sertão participaram ativamente do processo de ordenamento espacial de Fortaleza, notadamente aqueles que compuseram a elite local. Aceitam incondicionalmente a prática intervencionista imposta pela Coroa Portuguesa, advinda do Ocidente, denotando grande fascinação exercida pela civilização ocidental, sem romper com a vontade de reforçar relações com o sertão.

Esse estado de espírito se materializa no Plano Xadrez de Antônio José da Silva Paulet (aprovado pelo Conselho Municipal, em 1824), no qual as ruas principais, em traçado quadrangular, são concebidas no sentido norte-sul, partindo do mar e dirigindo-se para o sertão.

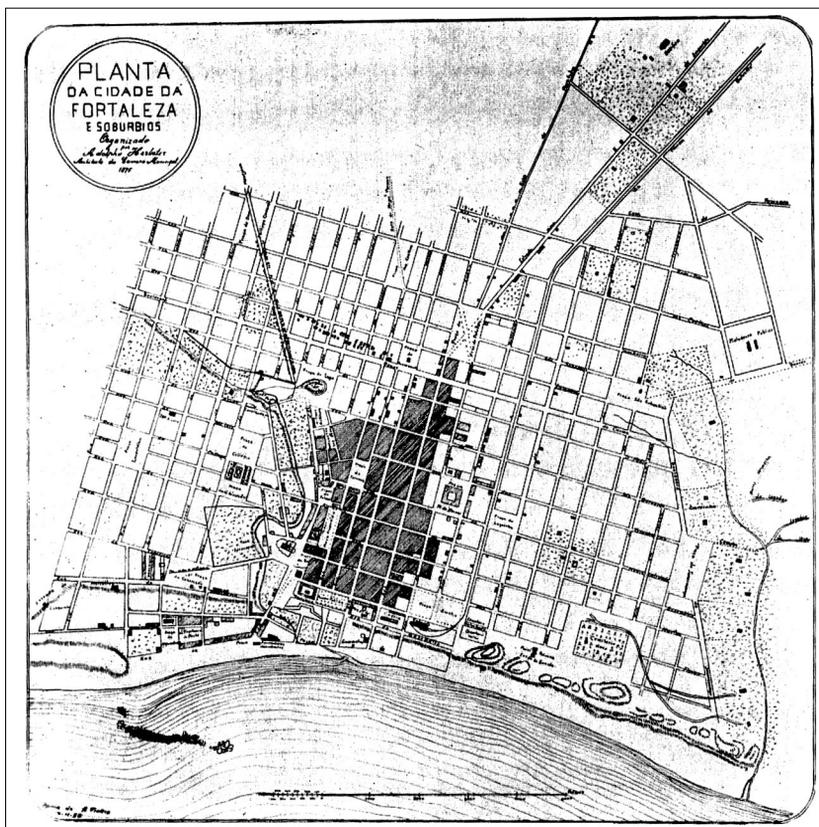
Tal estado de espírito persiste após a Independência do Brasil, sendo retomado pelos dirigentes do estado como uma das diretrizes básicas dos planos urbanísticos. A elaboração do Esquema Topográfico da Cidade de Fortaleza, por Adolfo Herbster, em 1875, insere-se nesse quadro. A partir do projeto de Antônio José da Silva Paulet, Herbster amplia o traçado da cidade com a construção de três bulevares (atualmente as avenidas Imperador, Duque de Caxias e Dom Manuel). O esquema fraciona a estrutura urbana, indicando: a) vias de circulação dirigidas para o sertão, que induzem a orientação da expansão urbana reforçadora do papel de Fortaleza, considerada centro da rede urbana do Ceará; b) embelezamento e controle social a partir do alinhamento das ruas, da construção de prédios modernos e, enfim, da destruição de imóveis que não se inserem na geometria do esquema em xadrez.

Trata-se, no último caso, da construção, por parte dos agentes do estado, de elegante e inédita mundanidade, erguendo clubes sofisticadíssimos e recriando zonas públicas destinadas às novas práticas de recreação e esportivas (PONTE, 1993).

Essa vida de cultura e ociosidade é pensada para e pelas classes abastadas. Na tentativa de impedir aos pobres o acesso à cidade, elas buscam transformar Fortaleza em lugar de residência, de encontros e de festas.

Mencionado projeto conduz à explicitação de um espaço de sociabilização das classes abastadas distanciado das zonas de praia. Consequentemente, a cidade foi construída no sentido do sertão, escolha marcada por imaginário interiorano que impedia de ver o mar diferentemente, ou seja, como ponto de exportação e importação de produtos. Nasce, portanto, a cidade litorânea-interiorana cujas particularidades diferem daquelas que caracterizam a cidade comerciante, aberta para o mar por intermédio de seu porto.

Figura 4 – Esquema Topográfico de Fortaleza, Adolfo Herbster, em 1875



Fonte: Plano de Adolfo Herbster, 1875.

Fortaleza, cidade litorânea-interiorana

A cidade litorânea-interiorana se desenvolve conservando ligações pontuais com a zona de praia. Inicialmente, as mais frequentes, por meio do porto, nascem das necessidades de consumo das classes abastadas e propiciam a eclosão e o desenvolvimento de importante comércio local dependente da zona portuária. Posteriormente, as menos frequentes decorrem das práticas terapêuticas, de recreação e de lazer das referidas classes.

As relações estabelecidas por meio do porto evidenciam acentuado grau de ocidentalização das classes abastadas, diretamente proporcional às demandas por mercadorias e, principalmente, ideias ocidentais que chegavam pelo porto.

É a partir do porto que a elite local pode voltar-se para a Europa, e principalmente a França. Conforme Raimundo Girão (1954), é da França que chegam os produtos cobiçados por esse segmento: para a indumentária, para a saúde e para o cérebro. A fascinação era tamanha que a elite encaminha seus filhos àquele país para estudar, reforçando influência da cultura francesa na literatura e linguagem.

O papel da zona portuária, como janela voltada para a Europa, ao qual se acrescentava o de zona exportadora de produtos, provoca grande movimento de mercadoria e de pessoas na praia Formosa. Tais fluxos tornam-se viáveis graças à presença de diversos estabelecimentos à beira-mar, notadamente a Alfândega e os Entrepostos Comerciais. Esse subespaço foi planejado como espaço da troca, reduzindo e justificando os contatos efêmeros que as classes abastadas mantinham com as zonas de praia: deslocando-se para esses espaços com o objetivo de partir para a Europa ou para outros pontos do território brasileiro, e em sentido inverso. Fora desses momentos, o porto era desaconselhado às “pessoas de bem”, principalmente nas horas de transporte de mercadorias, quando se notava fluxo intenso de trabalhadores vestindo simples tangas (PAIVA, 1971).

As relações derivadas das práticas terapêuticas, de recreação e de lazer resultam diretamente de comunicação tornada possível por meio do porto. Por encontrar-se por trás da simples importação de mer-

cadorias, a incorporação de um modelo de sociedade, os laços estabelecidos com a Europa findam na assimilação relativa da cultura ocidental pelas classes abastadas de Fortaleza.

Entre as práticas vizinhas das práticas terapêuticas ocidentais, podemos incluir os banhos de mar e os usos associados ao tratamento da tuberculose.

Os banhos de mar provocam, em Fortaleza, uma especialização de alguns sítios, na recepção daqueles que desejam se tratar tendo em vista as qualidades terapêuticas da água do mar.

Esse tipo de valorização das zonas de praia ocorre, principalmente, na atual praia do Meireles. Em oposição aos estabelecimentos europeus, as chácaras existentes nessa área não se revestem de recomendação normalizada pelo discurso médico. Tratava-se de modelo não estandardizado, em que os hóspedes tomavam banho de mar para se curar: não existia acompanhamento médico, o que possibilitava grande liberdade aos banhistas, que, porventura, poderiam se fazer acompanhar por uma dama de companhia. As únicas a escapar dessa prática eram as crianças, que nadavam e pescavam nesses espaços (FERNANDES, 1977).

Independentemente de sua importância na época, mencionada prática não adquire as mesmas dimensões dos banhos de mar na Europa, provavelmente por causa da fraca ênfase que lhe é dada pelos discursos médicos. No Ceará, perde em importância, se comparada com os discursos versando sobre as qualidades curativas do clima, especificamente no tratamento das doenças respiratórias.

Os cientistas locais vão se interessar pela qualidade do clima, construindo um quadro conceitual referenciador das condições de salubridade do Ceará e de sua importância no tratamento da tuberculose. Fundando-se nas mesmas reflexões teóricas (as teorias de Lavoisier, considerando essencial o respirar bem), que conduziram à valorização das praias no tratamento da tuberculose na Europa, esse quadro conceitual foi aplicado a um meio mais vasto. Comparando com a Europa, as praias de Fortaleza não dispõem da mesma hegemonia nos tratamentos terapêuticos, competindo com municípios serranejos e serranos.

Conforme Thomaz Pompeu de Souza Brasil (1896), a insolação e os ventos são os elementos essenciais na construção da salubridade do clima, impedindo a proliferação de epidemias no estado, principalmente as que afetam as vias respiratórias.

Em razão da salubridade, o Ceará torna-se nacionalmente conhecido, atraindo fluxo expressivo de doentes que buscam se curar não apenas nas áreas de praia. Tuberculosos se estabelecem em cidades como Quixadá, Quixeramobim e Icó. Doentes com beribéri fixam-se nas regiões montanhosas, principalmente em Baturité (STUDART, 1909). Esse fluxo dirigido para o interior faz com que Antônio Cunha Barbosa, em 1889, caracterize esse estado como conveniente aos indivíduos acometidos de doenças pulmonares. Influenciada pela moda, Fortaleza não escapa à regra. Tanto que Elizabeth Agassiz (1938) a descreve, entre 1865 e 1866, como uma cidade salubre.

[...] o Ceará não tem este ar triste, sombrio, que apresentam muitas cidades brasileiras; sente-se allí movimento, vida e prosperidade. Em frente corre a larga praia de areias brancas, e o murmúrio do mar batendo nos arrecifes chega a ouvir-se até no centro da cidade. Parece que, assim colocado entre as montanhas e o mar, o Ceará deve ser uma cidade salubre, e é essa a reputação de que goza.

Para Barão de Studart (1909), Fortaleza desfruta dessa reputação por se beneficiar de temperatura média anual de 26,7°C (a temperatura máxima de 30,4° C e a temperatura mínima de 23,1° C), de média de pressão barométrica de 762,4, de índice pluviométrico de 998 mm e de índice de umidade de 72,6. Trata-se, portanto, de região conveniente aos tuberculosos. A esse dado, acrescenta-se o efeito das brisas constantes que distinguem Fortaleza de outras cidades litorâneas (Belém, Natal e Recife), no tratamento da tuberculose.

A análise de documentos relacionados às causas das mortes em Fortaleza, no final do século XIX e início do século XX, permite precisar papel peculiar da cidade no tratamento de doenças respiratórias (BRASIL, 1896; STUDART, 1909).

No que se refere à recreação e lazer, um tipo encontrado, em Fortaleza, e adotado pela elite, foram as serenatas organizadas nas

dunas próximas, nas noites de lua cheia. Constitui-se em prática de ordem próxima àquela desenvolvida pelos europeus nos calçadões acompanhando a zona de praia. Tirava-se proveito da paisagem característica das praias, mas com uso diferenciado. A paisagem, em questão, possuía uma particularidade decorrente da impossibilidade de frequentar as praias durante o dia, pois a temperatura elevada impedia exposição aos raios solares e qualquer atividade de recreação ou de lazer (FERNANDES, 1977).

As serenatas ocorriam à noite, notadamente nas noites de lua cheia, logo que a iluminação pública era apagada. Os participantes se dirigiam às praias para se estabelecer nas dunas brancas iluminadas pela Lua, aproveitando-se das baixas temperaturas.

Embora as práticas evocadas até o momento possuam papel importante e representativo da maritimidade característica de Fortaleza, convém ressaltar que elas não promovem, na época, processo de urbanização das zonas de praia. O tratamento da tuberculose não se vinculava diretamente às zonas de praia, e a natureza efêmera e desregulamentada das novas práticas marítimas não justificava ocupação diferenciada daquela proposta pela lógica militar e estratégica de ocupação das zonas de praia, característica dos terrenos de marinha.

Revelador desse quadro é o plano de Adolfo Herbster (1875). Mediante a construção de conjunto de bulevares, ele orienta o crescimento de Fortaleza para a zona oeste (atual avenida Imperador), para a zona leste (atual avenida Dom Manuel) e para a zona sul (atual avenida Duque de Caxias). A zona norte, representada pelas zonas de praia, não foi considerada. Seu plano limita-se a orientar a ocupação da zona de porto, principal lugar no estabelecimento de relações da cidade com o mar, fato que apresenta a ocupação da beira-mar, reduzida à zona portuária e à vizinhança, especificamente na Prainha, onde se encontravam algumas casas, um seminário e a Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Prainha (PEREIRA, 1877). Essa orientação, canalizada pelas estradas antigas de comunicação com o sertão, concentrava todos os contatos da cidade com o mar na zona portuária.

Pode-se concluir que o fraco interesse pelas zonas de praia é o segundo elemento limitante do fenômeno de urbanização da beira-

ra-mar, acrescentando-se à diretriz indicadora desses espaços como terrenos de marinha.

A indicação de panorama constituidor de uma cidade pouco ligada às zonas de praia e destinada, principalmente, às classes mais abastadas reforça o caráter do litoral como lugar de habitação das classes pobres da sociedade fortalezense.

As dificuldades impostas, ao morar na cidade construída para as classes abastadas, induzem a ocupação das zonas de praia por importante contingente de emigrantes pobres do sertão. Eles estabelecem-se nos terrenos de marinha, área anteriormente ocupada pelas comunidades de pescadores, denotando crescimento dos efetivos demográficos, marcado por estado de saturação cujo testemunho, após final do século XIX, são as favelas.

O primeiro tipo de ocupação, ligado à pesca, encontra-se na totalidade do território cearense, mas o segundo, as favelas, representa fenômeno característico de Fortaleza, cidade cujo forte fluxo migratório impediu integração de todos os retirantes às comunidades de pescadores. Nestes termos, podem-se caracterizar as zonas de praia em Fortaleza como território da pesca e lugar de habitação dos pobres, fato traduzido na presença e no crescimento das antigas comunidades de pescadores, notadamente as de Mucuripe, e pela ocupação da beira-mar pelos pobres, especialmente as zonas de construção precária das dunas dos Outeiros e do Arraial Moura Brasil, no fim do século XIX.

A presença e o crescimento das comunidades de pescadores nas zonas de praia são evidenciados na comparação entre duas descrições relacionadas ao Mucuripe: a primeira, de Felipe Francisco Pereira, declarando, em 1877, que essa comunidade não possuía nada de especial; a segunda, de Antônio Bezerra, cronista que, em 1902, indica quadro socioespacial composto por pequena igreja e escola com professora.

A ocupação das zonas de praia como lugar de habitação dos pobres é evocada, em 1889, por Manoel de Oliveira Paiva, ao descrever detalhadamente o estilo das casas dos Outeiros:

[...] de construção fácil e adequada ao clima. As paredes, de pau a pique entaipadas de ramo e palha. Na cobertura leve e jungida com cipós, os caibros formavam xadrez com o envaramento – onde mordiam as ca-

beças das palhas de carnaúba, semelhante a leques fechados, e apertadinhos a não deixar sair um pingo de chuva. No interior desse prisma oco, em constante equilíbrio com a atmosfera, arranchavam marido, mulher, filhos e mais que houvesse. A abertura da frente cerrava-se por uma porta de talos de palmas de carnaúba, e a de trás vedava-se com uma cortina de lona, pedaços de vela de barçaça. Dois compartimentos havia; um que servia de sala de visita, de sala de jantar, cozinha e também de dormitório, e outro, com as prerrogativas de camarinha. Recendia a fumaça e maresia (PAIVA, 1971).

Cidade marcada por imaginário interiorano

A relação de Fortaleza com o sertão deixa marcas na paisagem, tanto na cidade propriamente dita como em sua vizinhança, que contém sinais vivos do sertão. Esses sinais indicam a influência do sertão sobre o quadro humano e arquitetural do município de Fortaleza, até mesmo sobre as zonas vizinhas. Em outros termos, o sertão lhe serve de matriz.

As marcas da simbiose entre sertão e litoral são evidentes em Fortaleza. Tal simbiose forjou uma cidade litorânea possuidora de uma alma sertaneja, cidade que, por ser assinalada por um imaginário fortemente interiorano, volta-se para o interior, esquecendo parcialmente o litoral.

O imaginário interiorano, que se legitima por meio da paisagem e suscita seu reforço, é a base de todos os trabalhos sobre Fortaleza. Para se ter ideia, é a partir dessa paisagem encontrada nas vizinhanças da capital que o sertão se apresenta inicialmente ao autor de *Terra de Sol – costumes do Nordeste*. Gustavo Barroso (1912) o descobre, graças às suas primeiras incursões pela zona rural, momento em que nota que todos os imóveis, até aqueles à beira-mar, faziam referência à presença do homem do sertão e de seus utensílios: a casa do Sítio Curió, nas proximidades de Messejana; a casa do sítio de Sabiaguaba, localizado à beira-mar; a casa do sítio de Jurucutuoca, ao lado do lago de Precabura, no caminho de Messejana a Cascavel.

É a partir da contribuição dada por aqueles que provêm do sertão que Fortaleza se torna interiorana, cidade com alma sertaneja. São esses atores que exercem papel relevante na construção de Fortaleza e do quadro simbólico que a caracteriza (SOUSA, 1959).

Portanto, em comparação com o sertão, o fato de a cidade instalar-se no litoral não conta muito na constituição do imaginário social de seus habitantes. Grosso modo, o papel secundário, frequentemente atribuído às zonas de praia, conduz ao esquecimento dessas zonas ou à relatividade de sua expressividade.

Daí a obra de Manoel de Oliveira Paiva, *A afilhada*, não ter sido valorizada em sua época. Acredita-se que, por apresentar, no final do século XIX, uma “Fortaleza marítima, preocupada em ver e sentir o mar” (CAMPOS, 1996), distancia-se de outros trabalhos que procuravam homogeneizar o espírito de seus habitantes às expensas do sertão.

Manoel de Oliveira Paiva (1971) descreve uma cidade dificilmente percebida pelos compatriotas. Ele nos apresenta uma Fortaleza marítima, em belas descrições da paisagem litorânea, composta de dunas brancas e de praias de areia fina, de verdes florestas de coqueiros e de cajueiros, bem como de mar rico em peixes. Esse quadro natural tornava possível o estabelecimento de importante comunidade de pescadores. Tratava-se igualmente de território da pesca onde alguns viviam da colheita de frutos e da agricultura de subsistência. Os autóc-tones, distanciados da cidade, viviam em contato com aqueles que possuíam sítios e/ou aqueles que se aventuravam a estas paragens para se curar (práticas terapêuticas).

Ao referir-se à banhista originária de Fortaleza, Maria das Dores, Manoel de Oliveira Paiva consegue reconstituir a atmosfera característica das zonas de praia, no fim do século XIX. Ele o faz em dois momentos: a) inicialmente, pela explicitação de dois tipos de práticas marítimas diferenciadas, uma resultante do surgimento da sociedade de lazer, cujos primeiros movimentos são perceptíveis na época; e outra resultante de movimento característico das sociedades tradicionais, que induz os homens a se aproximarem do mar à busca de alimentos oferecidos pelo meio; b) posteriormente, na descrição peculiar de cena em que as banhistas zombam de jovem vendedor de coco, pintando atmosfera não completamente harmoniosa, mas que torna possível a coabitação, fruto de fraca taxa de urbanização (como já indicado, concentrada nas zonas de porto e sua vizinhança) que permitia o desenvolvimento da pesca nas praias de Fortaleza.

A presença dessa zona etnográfica é, por si só, forte argumento na crítica à noção de imaginário social vinculada unicamente ao sertão. A intercomplementaridade entre as imagens vinculadas ao sertão e aquelas advindas do litoral se impõe na construção do imaginário social cearense.

Essas imagens representam relações específicas entre os homens e destes com o meio, denotando quadro sustentador do imaginário social. A imagem do sertão, apresentada nos termos indicados, a título de exemplo, na obra de Djacir de Menezes, *O outro Nordeste*. A imagem do litoral, expressando tendência sobretudo poética, por tratar-se de imagem fundada no olhar romântico dos viajantes, dos poetas e dos escritores diante dos habitantes do litoral que se aventuravam em suas jangadas nas águas bravias do mar.

Gustavo Barroso menciona a necessidade de intercomplementaridade. Após o seu estudo sobre os costumes sertanejos no Ceará (*Terra de Sol*), que o tornou célebre, ele retorna à cena literária, com a publicação de livro consagrado à maritimidade. Conforme o próprio autor, a impressão do sertão não pode suplantar a do mar.

[...] Se meu primeiro livro, *Terra de Sol*, representa as lembranças de adolescência banhada pelo sol do sertão, no segundo, *Praias e Várzeas*, o mar intervém e reclama sua parte, precisamente a metade (BARROSO, 1939).

Para Eduardo Campos (1988), a publicação de obra consagrada à maritimidade representaria tentativa de reconciliação do *marinheiro Gustavo Barroso com o mar*.

Essa tomada de consciência dá vazão à série de descrições consagradas à saga dos pescadores (personagens heroicos adentrando pelo mar com suas jangadas frágeis para garantir sua sobrevivência e de sua família) e à paisagem tipicamente litorânea (na qual a presença majestosa das jangadas, quebrando as ondas do mar cor de esmeralda ou repousando sobre as areias brancas, é preponderante). Elas indicam quadro complexo centrado no pescador, um homem livre que não é marcado pelas mazelas do sertão: o latifúndio, a seca, a fome...

O panorama característico do início do século XX é apresentado por Gustavo Barroso por meio do personagem Matias Jurema, velho

pescador do Meireles. Contando a saga dos pescadores, ele contribui, assim, na formação do olhar dos contemporâneos, mostrando-lhes um mundo, ao mesmo tempo, próximo e muitíssimo diferente daquele do sertão. Essa educação do olhar é elemento basilar das novas atitudes diante do elemento líquido.

A aproximação empreendida, na literatura, por Gustavo Barroso (seguindo os traços de Manoel Oliveira Paiva) se efetua, na vida cotidiana, a pequenos passos, provavelmente em razão da origem interiorana dos contemporâneos, seres pouco habituados ao litoral. Portanto, tempo torna-se necessário para que os habitantes de Fortaleza e a cidade propriamente dita voltem-se para o mar.

O movimento de tomada de consciência, no domínio da literatura, permitiu incorporação lenta e gradual das praias, com a adoção das novas práticas marítimas interiorizadas pelas classes abastadas, notadamente os banhos de mar, as caminhadas nas praias e o veraneio.

As novas práticas marítimas, representativas da incorporação dos hábitos europeus pelas referidas classes, suscitam tímido movimento de urbanização das zonas de praia. Movimento iniciado nos anos 1920-1930 na praia de Iracema, que se amplia, pouco a pouco, até os anos 1970, primeiro com a urbanização da praia do Meireles, segundo com a incorporação gradual, pelo veraneio, das praias dos municípios vizinhos de Fortaleza.

Capítulo 3

O TRIUNFO DO MAR

Transformações ocorridas no século XX

No século XX, a maritimidade no Ceará adquire características diferenciadas das dos outros séculos. Se, entre os séculos XVII e XIX, a valorização das zonas de praia advém, sobretudo, de modificações de ordem política e econômica que as transformam em lugar privilegiado das trocas e lugar de habitação das classes pobres (inicialmente com o estabelecimento das comunidades de pescadores, conforme política de defesa do território implementada pela Coroa Portuguesa e, posteriormente, com a fixação de pobres nas zonas de praia de Fortaleza), no século XX, as transformações de ordem cultural adquirem relevância maior, provocando abertura da elite em face dos espaços litorâneos: abertura iniciada no período precedente e resultante do processo de ocidentalização das elites locais, que altera gradualmente, após os anos 1920-1930, os lugares tradicionalmente ocupados pelos portos, pelas comunidades de pescadores e pelos pobres, em lugar de lazer e de habitação das classes abastadas.

Essa transformação se materializa em Fortaleza, cidade a exercer papel preponderante no desenvolvimento das novas práticas marítimas no Ceará. É na capital que essas práticas surgem, com os banhos de mar de caráter terapêutico, substituídos, com o tempo, por práticas vinculadas à sociedade de lazer em emergência (sobretudo os banhos de mar

e o veraneio), práticas que, em oposição às primeiras, condicionam urbanização sensível das zonas de praia e se expandem na totalidade dos espaços litorâneos cearenses, com o veraneio.

Figura 5 – Foto de Fortaleza, início século XX



Fonte: Álbuns de vistas do estado do Ceará. Fortaleza, 1908.

A instauração de novas práticas marítimas, em Fortaleza, situa-a no epicentro do fenômeno de valorização dos espaços litorâneos, adquirindo lugar central na análise ora proposta.

Portanto, pode-se falar de uma cidade litorânea e possuidora de alma sertaneja, que orienta dois movimentos característicos de valorização das zonas de praia: o primeiro, em escala local, após 1920-1930, incorpora as zonas de praia de Fortaleza como espaço de lazer e de veraneio; o segundo, em escala mais ampla, após 1970, representa a ampliação, a partir de Fortaleza, das novas práticas marítimas, especificamente com o veraneio, o qual afeta a totalidade dos espaços litorâneos do Ceará.

Indica-se movimento que direciona a cidade para o mar, sem enfraquecer-lhe o caráter interiorano. Essa caracterização marca o início da *litoralização* do Ceará, processo ligado ao fenômeno de constituição da cidade moderna.

A incorporação das zonas de praia de Fortaleza como espaço de lazer e veraneio

A criação da cidade moderna justifica-se na constituição de uma periferia que se contrapõe ao Centro. O Centro especializa-se, cada vez mais, em lugar do poder, do comércio e de concentração de serviços diversos e também como lugar de encontro das populações abastadas. A periferia se transforma concomitantemente em lugar de habitação, de lazer e de veraneio das classes abastadas e lócus de habitação e trabalho dos pobres.

Os dois movimentos possuem características específicas. O das classes abastadas representa a fuga do Centro, e o dos pobres marca tentativa de expulsá-los para zonas menos valorizadas em Fortaleza.

A ocupação da periferia pelas classes abastadas

A fuga das classes abastadas para a periferia é atribuída por diversos cientistas sociais ao desejo de ocupar áreas livres da presença de pobres. Essa fuga é percebida como resultado da acumulação crescente destes no Centro.

Entretanto, tal análise não é bem fundada. Mesmo que a presença de pobres provoque rejeição das classes abastadas, ela não pode ser tida como determinante de sua fuga para a periferia. Estes segmentos da sociedade se retiravam do Centro para se estabelecer em áreas já ocupadas pelos pobres, notadamente ao norte e a leste.

Necessário torna-se considerar aspectos reforçadores desses fluxos. O primeiro relaciona-se ao fenômeno de especialização do Centro da cidade. Resultado da especialização do mercado fundiário urbano, ele induz a transferência das residências das classes abastadas para a periferia, do mesmo modo que o impedimento do acesso dos pobres.

Portanto, pode-se falar de uma modificação de uso pelo valor. *Valor que, em seu movimento, redefine constantemente a dinâmica de acesso ao solo urbano* (CARLOS, 1992). O segundo aspecto concerne às diretrizes dominantes dos planos urbanísticos que provocam valorização de determinadas áreas, em detrimento de outras. Explicam-se, nesses termos, as razões da integração da zona oeste e leste somente após proposições do Plano de Adolfo Herbster em 1875 (SILVA, 1992). O terceiro aspecto, não menos importante, e de caráter tecnológico, é marcado pela chegada do automóvel. Ligado ao segundo aspecto, relativo à morfologia urbana, é condição *sine qua non* do estabelecimento das classes abastadas longe do Centro. Graças a tal meio de transporte, esse segmento da sociedade fortalezense pôde distanciar-se, cada vez mais, da área inicial de ocupação da cidade, sem deixar de satisfazer nela suas necessidades materiais e imateriais (JUCÁ, 1993).

A partir da evidenciação desses aspectos, vê-se consolidado o movimento de urbanização da periferia, que ultrapassa a simples necessidade de espaços de habitação, ao responder por demanda de lugares de lazer e de veraneio.

Dessa maneira, observa-se, de um lado, o deslocamento para o sul e oeste de Fortaleza, com o estabelecimento de bairro com “vocaçãõ” habitacional, notadamente os bairros de Benfica e de Jacarecanga e, de outro lado, o deslocamento para leste e norte da cidade, respondendo a uma demanda por lugares de veraneio e de lazer, com a construção das primeiras chácaras, no atual bairro do Meireles, e de residências secundárias na praia de Iracema.

O fluxo das classes abastadas, para a parte leste e norte da cidade, representa a consolidação da primeira tentativa de ocupação de espaços encontrados além das zonas consideradas como ideais para habitação: as areias, sujeitas à ação direta dos ventos alísios e ocupadas por barracos.

Essas zonas da cidade renderam-se aos caprichos das classes abastadas, desejosas de se estabelecer em chácaras e ocupando espaços habitados pelos pobres. A praia de Iracema beneficiou-se da mesma lógica, mas, nesse espaço ao norte de Fortaleza, referidas classes procuravam deleitar-se com o desenvolvimento de novas práticas marítimas, notadamente os banhos de mar e as caminhadas na praia,

todas relacionadas ao veraneio e, principalmente, às demandas por lugares de lazer, em concorrência direta com o Centro.

Práticas e demandas, resultantes de modificação de mentalidade das classes abastadas, diante dos espaços litorâneos, fazem com que a praia de Iracema deixe de ser simplesmente lugar de habitação de pescadores e recomendado pelos médicos ao tratamento terapêutico. A construção de linha de bonde, na rua Tabajaras, a consolida como espaço de lazer onde se concentram as primeiras residências secundárias na praia (CASTRO, 1977).

A antiga praia do Peixe é ocupada por residências e clubes das classes abastadas. O veraneio instaura-se com a construção de casarões como o do Coronel Porto (1926 – atual Estoril), os clubes estruturam-se a partir da construção da primeira sede do Náutico Atlético Cearense (1929), na praia Formosa, ao lado da ponte metálica.

Nessa época, a praia torna-se um dos mais importantes pontos de encontro da cidade, rivalizando com a praça do Ferreira (ROCHA JÚNIOR, 1984).

As práticas explicitadas anteriormente ocasionam as primeiras pressões das classes abastadas sobre os espaços litorâneos, até então ocupados pelos pobres. A partir de então, estes que haviam sido empurrados do Centro para essas zonas ficam ameaçados.

A ocupação da periferia pelos pobres

O movimento de ocupação das zonas de praia pelos pobres corresponde, essencialmente, à demanda por habitação, reprimida, dos retirantes que não conseguem se estabelecer na cidade, vendo-se forçados por política higienista de ordenamento e controle social a se fixar nos terrenos de marinha, lugar privilegiado de concentração deste segmento da população.

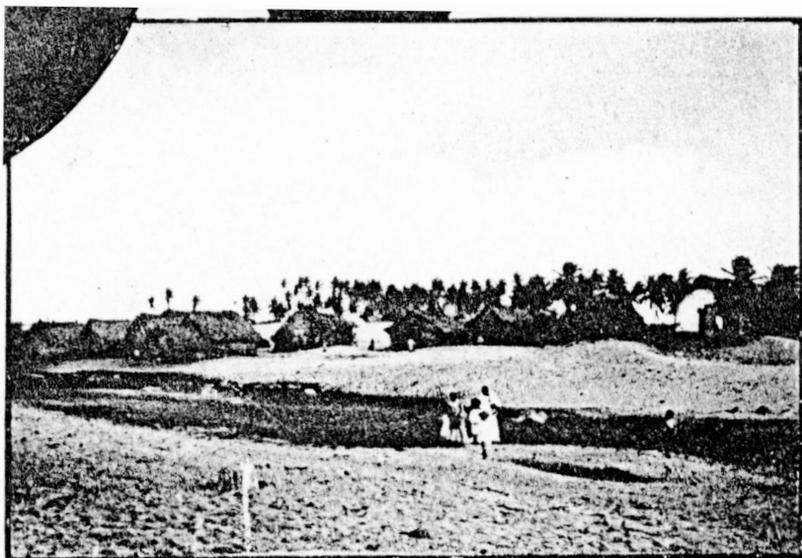
O fluxo de pobres, à beira-mar, suscita a construção de favelas em espaço já ocupado por comunidades de pescadores, mostrando coabitação entre aqueles que residiam e os que trabalhavam nessas zonas. É nesses termos que se consolidam áreas como a do Arraial Moura Brasil, no século XIX, e a do Pirambu, no século XX.

Com a chegada das classes abastadas, o quadro é modificado. Se a coabitação torna-se possível entre pescadores e pobres, ela não é viável entre estes e as classes retromencionadas.

Onde essas classes se instalam, ocorrem expulsões. Inicialmente na praia de Iracema, com a especulação fundiária, e, posteriormente, na praia do Meireles, evidenciando uma expulsão crescente dos antigos habitantes. Só as jangadas continuam a beneficiar-se das zonas de porto.

Independentemente de demanda relacionada a lugares de trabalho e de habitação, interessante denotar, entre os pobres, a necessidade de se apropriar destes espaços como as classes abastadas o faziam, tendo em vista a demanda por espaços de recreação e lazer que gera conflitos peculiares na praia de Iracema.

Figura 6 – Moradia de Pescadores na área do Pirambu



Fonte: Álbuns de vistas do estado do Ceará. Fortaleza, 1908.

Os fluxos eram questionados pelas ditas *peessoas de bem*, que tentavam impedir que determinados grupos tivessem acesso aos banhos de mar, como supostas prostitutas habitantes do Arraial Moura Brasil.

Não é por acaso que queixas contra esse tipo de usuário são feitas no comissariado, forçando a fixação de documento limitativo do acesso às zonas de praia pelo Serviço de Inspeção da Polícia Marinha.

De ordem do Exmo. Sr. Chefe de Polícia e de acordo com os artigos 2 e 5, parágrafo 1 do Regulamento da Inspetoria da Polícia Marítima, que baixou com o decreto nº 819-A, de 20 de dezembro de 1924, e tendo em consideração as reiteradas reclamações recebidas de diversas famílias, torno público que ficou determinado a zona compreendida entre a ponte do mareógrafo e a ponte de o quebra mar para o banho das mulheres de vida alegre no porto dessa capital, sem exibir o decoro com que se devam portar, ressando a zona oposta, da ponte metálica em direção ao Mucuripe, para as famílias. (CAMPOS, 1993).

Para essas “pessoas de bem”, a presença de pobres, tanto nas praias como nas festas públicas, constituía falta de zelo e irresponsabilidade do governo (JUCÁ, 1996).

A valorização da praia de Iracema, nos termos indicados, foi efêmera. Os passeios à beira-mar, os banhos de mar e as festas organizadas nos clubes foram de curta duração, pois a obra de construção do porto do Mucuripe, no final dos anos 1940, acarreta processo erosivo que atinge fortemente a praia e determina saída das classes abastadas.

A construção da cidade policêntrica e a zona de praia: entre 1940 e 1970

O quadro de ocupação dos espaços litorâneos, descrito anteriormente, amplia-se com o crescimento de Fortaleza. As consequências, de ordem econômica e demográfica, fazem-se sentir no espaço. O crescimento econômico, decorrente do estabelecimento de organismos públicos (fim dos anos 1950) e de indústrias pela política de industrialização da SUDENE (fim dos anos 1960), reforça o papel da capital como grande centro urbano e provoca sensível aumento de sua população, em relação à do Ceará e da zona urbanizada.

Trata-se da evidenciação de características materiais para a construção de sua policentralidade. Esse movimento, que se afirma em Fortaleza, nos anos 1970, induz a construção de infraestrutura de

comércio e de serviços, nos bairros nobres, como Aldeota, com seu comércio de luxo (SOUZA, 1978).

A fuga das classes abastadas do Centro para a Aldeota, do mesmo modo que a diversificação comercial produzida nesse subespaço, suscita a construção de quadro socioespacial característico de Fortaleza.

A bibliografia dessa temática fala de uma cidade que se divide em duas: parte leste e parte oeste. A primeira caracteriza-se como zona de habitação nobre, na qual se concentram, cada vez mais, as atividades comerciais e administrativas. A segunda se reforça como lugar de habitação das classes menos abastadas (acompanhando a estrada de ferro e se concentrando ao lado das indústrias) e permanece completamente dependente do Centro.

Embora consistam em movimentos hegemônicos de estruturação da cidade, não podemos esquecer que aos dois movimentos acrescenta-se outro de ocupação direcionada para o sul (com a construção dos conjuntos habitacionais) e continuação de movimento de ocupação da zona de praia (norte).

Essa caracterização traz consequências para o Centro, que tem a centralidade redefinida em virtude da criação da periferia e de novos centros. Esse subespaço transforma-se. De “Centro Tradicional”, ele consolida-se, conforme José Borzacchiello da Silva (1992), em “Centro da Periferia”.

Reforça-se, por isso, o papel do Centro como lugar de consumo e em oposição ao papel de lugar de encontro e de lazer das classes abastadas. Com a especialização funcional, as ruas e as praças do bairro deixam de ser lugares de encontro por natureza e se transformam, progressivamente, em lócus de circulação, reduzindo conseqüentemente a quantidade de lugares de lazer.

Essa redução impõe-se como um dos elementos não menos relevantes na ocupação dos espaços litorâneos do estado. Entre as demandas expressas até o presente, aquela por lugar de lazer apresenta-se como importante na construção da cidade policêntrica.

Assim, a ocupação da zona leste evidencia aspectos diferenciados: o deslocamento para a Aldeota, que substitui o Centro como lugar do poder, do comércio e dos serviços, e o deslocamento para a

praia do Meireles, como demanda por espaços de habitação e lazer, onde os banhos de mar e os calçadões ocupam lugar considerável e no mesmo nível de procura verificado na ocupação efêmera da praia de Iracema dos anos 1930.

Valorização dessa monta transforma as zonas de praia em espaços conflituais, marcados por duas lógicas: uma representada pelos usos tradicionais (o porto, a pesca e a habitação dos pobres) e outra pelas novas práticas marítimas (os tratamentos terapêuticos, os banhos de mar, o veraneio...).

A tendência de incorporação das zonas de praia pela cidade torna-se assim reforçada com a chegada das classes abastadas.

Reforço do movimento de ocupação das zonas de praia nos anos 1940 – 1970

Entre os anos 1940-1970, confirma-se o processo de construção de cidade litorânea, com valorização das zonas de praia como lugar de habitação, de lazer e de veraneio. Esse movimento atinge a praia de Iracema e seu entorno (após a fuga da elite), a praia do Meireles, assim como a praia do Pirambu e o Arraial Moura Brasil, com a construção da avenida Leste-Oeste.

Na praia de Iracema, há o reforço de perfil boêmio, com o estabelecimento de bares e de restaurantes frequentados pela classe média. Observa-se o desenvolvimento de pequeno centro de alimentação, de hotelaria e de lazer não vinculados à valorização da zona de praia erodida. Em virtude da concentração desses serviços, a praia torna-se ponto de encontro privilegiado da elite intelectual boêmia.

No litoral oeste, usos e atores diversos apresentam-se: o Arraial Moura Brasil, próximo do Centro da cidade, o Poço das Dragas, antiga zona portuária, e a praia do Pirambu, no extremo oeste, cuja dinâmica de ocupação testemunha lógicas diferenciadas, resultantes, respectivamente, de políticas de controle social, de políticas de transferência de atividades e do fluxo migratório do sertão para o litoral.

A partir dos anos 1930, o Arraial Moura Brasil se expande com a chegada das prostitutas que moravam no Centro. A transferência resulta

de política de controle social visando a limpar as ruas centrais, notadamente Barão do Rio Branco, Major Facundo, Sena Madureira e Pessoa Anta, invadidas pelas pensões alegres, os cabarés (JUCÁ, 1996).

O Poço das Dragas possuía papel preponderante na cidade. Era por meio do porto que Fortaleza estabelecia relações comerciais com a Europa e portos brasileiros, exportando produtos advindos do sertão e importando bens duráveis e produtos de luxo; era por ele também que se tornava possível a ida da elite à Europa para “se impregnar de cultura”. Em suma, constituía-se em ponto central na formação de ligações econômicas e culturais, a provocar a implantação de toda sorte de estabelecimentos: a alfândega, os escritórios de exportação, os depósitos de mercadorias..., assim como a construção de bairro popular (Poço das Dragas), que fornecia mão de obra necessária ao desenvolvimento das atividades portuárias e os serviços das prostitutas aos marinheiros.

A mudança do porto para o Mucuripe transforma, nos anos 1950, o Poço das Dragas. A grande maioria dos estabelecimentos é transferida para a zona industrial da avenida Francisco Sá ou para o novo porto. A favela permanece na zona de praia ao lado de área privatizada com a construção de pequena indústria naval.

A praia do Pirambu, por causa da sua localização, é afetada pelas águas poluídas provenientes do sistema de esgotamento sanitário de Fortaleza, fato que torna difícil sua ocupação pelas classes abastadas, cujos membros, instalados no bairro de Jacarecanga (zona oeste), jamais descem para a praia, não viabilizando sua apropriação para atendimento de seu lazer.

Matéria publicada no jornal *O Povo*, nos anos 1950, evidencia a característica das praias encontradas a oeste da praia Formosa, indicando-as como poluídas.

As praias de Fortaleza podem ser classificadas da seguinte maneira: praias poluídas; praias de cavalos; praias de jeeps e praias de embriagados. As praias poluídas [...] são aquelas encontradas a oeste da ponte metálica, do lado do Pirambu onde o emissário do serviço de esgotos lança os dejetos da capital [...] (O POVO, 1951).

Em virtude dessa classificação, a ocupação da zona de praia decorre de demanda alimentada pelos fluxos migratórios sertão-litoral,

nos anos 1930. Os retirantes se instalam nessas paragens reforçando a tendência tradicional de ocupação das zonas de praia pelos pobres.

A migração do sertão para o litoral não mostra, portanto, os mesmos resultados dos movimentos anteriores, haja vista o grande contingente de imigrantes impedir sua incorporação à atividade da pesca, ocasionando a constituição da favela do Pirambu e a não inserção nas comunidades de pescadores.

Por serem as zonas de praia a oeste da cidade, de um lado, delimitadas pelo porto antigo e pelas favelas localizadas na praia Formosa e, de outro lado, marcadas pela poluição e ocupação popular, que caracteriza a praia do Pirambu, as classes mais abastadas voltam-se para a zona leste de Fortaleza, denotando e reforçando a urbanização da praia do Meireles, a partir da implementação do Plano Diretor de Fortaleza de 1962.

Esse plano orienta o crescimento da cidade para o litoral, com a construção da avenida Beira-Mar (1963), que impõe a integração das zonas de praia à cidade, ora como equipamento público de lazer, ora como lugar de habitação das classes abastadas.

Indica-se expressivo processo de urbanização paralela à linha da costa, que se incorpora a outros movimentos tradicionais de expansão de Fortaleza, mas cuja fundamentação é a modificação de mentalidade da sociedade local e, nesse caso particular, das classes abastadas, em relação ao litoral. A construção da avenida Beira-Mar explicita tendência de valorização do litoral por esse segmento da sociedade, que havia feito desse espaço lugar privilegiado, no estabelecimento de clubes e de residências.

De uma praia ocupada por veranistas (cronistas mencionam a existência de pequenas chácaras nessa praia. Conforme Cordeiro Neto (1964), elas *eram praticamente interditas à população*, sendo *quase privativas dos moradores*) e pescadores (entre eles os expulsos da praia de Iracema e os proprietários de pequenos bares e restaurantes que, segundo Mello (1953), encontravam-se misturados à praia, com suas jangadas e seus coqueirais), a Beira-Mar afirma-se, após os anos 1960, como lugar de encontro da sociedade e de habitação da população abastada. Em substituição à praia de Iracema, estabelecem-se, na

Beira-Mar, clubes, residências para a elite, prédios comerciais, bem como serviços diversos.

Entretanto, a especialização funcional não chega a inviabilizar todos os usos antigos. Os pescadores permanecem até os anos 1990. Na ponta do Mucuripe, construíram a sede da Colônia de Pescadores. Nesse movimento de resistência e de adaptação à nova dinâmica de valorização do litoral, ficam na praia as jangadas, as quais continuam a compor a paisagem, com suas cores, formas e sons, bem como seus fluxos característicos.

Como consequência, tem-se, nos anos 1970, a ocupação da totalidade das praias da zona urbana de Fortaleza. Do farol do Mucuripe à praia da Barra do Ceará, os atores transformam a zona em lugar privilegiado de veraneio, de lazer, de trabalho, de habitação, aproveitando-se das características físicas e marcando-o conforme seus hábitos, valores e costumes.

Trata-se de quadro relativamente bem definido, compreendendo bairros ocupados por diversos grupos sociais e por inúmeras atividades marítimas. As praias de Iracema e do Meireles, ocupadas anteriormente por classes abastadas, como lugar de veraneio e de lazer, transformam-se em lugar de habitação e de lazer. As praias do Mucuripe e do Pirambu, lugares apropriados pelos pobres (pescadores, prostitutas e retirantes), apresentam-se tanto como lócus de habitação quanto de trabalho. Nas praias Formosa e do Mucuripe, tem-se o desenvolvimento de atividades industriais e portuárias.

Observa-se um território de habitação e de lazer das classes abastadas circundado por outros territórios complementares ou em coexistência: dos pobres, da indústria naval e do porto. Um conflito instala-se entre os usos antigos e os lazeres como novo uso.

Entre essas duas lógicas de ocupação, interpõe-se a política pública de organização do território, que intervém nos espaços ocupados pelos pobres a oeste da praia de Iracema: a construção da avenida Leste-Oeste, nos anos 1970, que resulta da adoção de política de controle social (visando a erradicar a zona de prostituição próxima do Centro) e de política de ampliação das vias de circulação e de integração leste-oeste (com construção de via permitindo geração de fluxos entre o porto do Mucuripe e a zona industrial da avenida Francisco Sá). Tal política redundou na quase destruição do Arraial Moura Brasil e na

divisão do Pirambu em duas partes, fato cujos impactos explicitam a política de erradicação das favelas.

Após a construção da avenida Leste-Oeste, o Arraial Moura Brasil constitui-se em vaga lembrança situada às margens da avenida. A parte voltada para o mar foi substituída por uma via litorânea, cujos limites são a indústria naval e a praia do Pirambu. Os antigos habitantes foram deslocados para conjuntos populares construídos pelo Banco Nacional de Habitação (BNH): o Palmeira, em Messejana e o Marechal Rondon, em Caucaia.

No que respeita ao Pirambu, a avenida Leste-Oeste deixa de ser litorânea e penetra a favela, provocando uma especialização ao longo da via, com instalação de comércio diversificado e modificação da aparência da favela com a construção de dúplex. Outro aspecto importante é a divisão feita pelos habitantes da área, que passam a conceber, após a construção da avenida, o Pirambu como a parte do lado do mar. Essa divisão é testemunho de tentativa de diferenciação em face dos habitantes da zona de praia. O lado oposto busca distanciar-se de imagem associada aos lugares tradicionalmente ocupados pelas populações pobres, território da prostituição, da droga. Em suma, território dos excluídos da sociedade.

Figura 7 – Imagem da Praia Formosa com visão de trecho da Avenida Leste-Oeste



Fonte: Google Maps (1996).

No entanto, o olhar negativo, em relação ao mar, não inviabiliza os banhos. Durante os fins de semana, as famílias da zona oeste frequentam as praias do Pirambu para tomar banho. Vários casais, jovens e crianças apropriam-se desse meio, a exemplo do ocorrido na praia Leste-Oeste. Se comparada com a zona leste, tal constatação merece ser relativizada, haja vista os banhos de mar não serem o epicentro do movimento de ocupação das zonas de praia. A predominância de uso vinculado às necessidades de trabalho e de habitação sobrepõe-se às demais, representando prática tradicionalmente exercida.

Figura 8 – Arraial Moura Brasil



Fonte: arquivo do autor.

A pressão indicada até o presente momento representa elemento central de todos os conflitos existentes no litoral. Na resposta à demanda por zonas de lazer e de habitação, nas zonas de praia, associadas a demandas dos usos tradicionais, a ação dos atores envolvidos, nessas práticas, com suas dimensões técnicas e simbólicas, limita-se a Fortaleza, engendrando atores locais e atingindo unicamente a zona urbana.

Tal caracterização refere-se ao princípio do processo de urbanização das zonas de praia de Fortaleza, ampliando-se com a incorporação progressiva de novos atores vinculados ao veraneio, aos fluxos turísticos e à demanda por zonas de lazer.

Fortaleza se volta para o mar, pós-1970

Após a urbanização das praias de Iracema e do Meireles, a cidade volta-se para o mar. As políticas públicas que referendam as ações privadas – com a construção de hotéis, de pousadas, de restaurantes, de barracas e de estações aquáticas, bem como os loteamentos e arranha-céus que suscitam a verticalização da zona leste de Fortaleza (principalmente Aldeota e Meireles) – constroem uma cidade litorânea, capaz de responder à demanda crescente por espaços de lazer e turístico. A primeira, relativa ao lazer, resulta de demanda interna de uma classe privilegiada que se amplia gradativamente em face das classes menos abastadas. A segunda, relativa ao turismo, origina-se de demanda externa, que aumenta no transcorrer dos anos.

Ao responder a essas demandas, a municipalidade investe na construção de calçadões e polos de lazer, nas zonas de praia.

Os calçadões

O primeiro calçadão construído foi o da avenida Beira-Mar, no fim dos anos 1970. Por sua constituição, a zona de praia transforma-se em principal ponto de encontro de Fortaleza, em detrimento do Centro.

A ação do estado, reforçada pela Lei do Solo de 1979, enseja a substituição gradual das últimas residências de pescadores e da classe média, bem como dos pequenos restaurantes, por hotéis e arranha-céus luxuosos. A legislação, em virtude do processo de verticalização que engendra, favorece o aumento do preço da terra e provoca a transferência dos bares e restaurantes para a outra margem da avenida, substituindo as antigas barracas.

Contraditoriamente, a inauguração de novas linhas de ônibus, nos anos 1980, permite acesso a populações pobres. Na tentativa de

apropriação desse lugar de lazer, deslocam-se dos quarteirões populares para passear e tomar banhos de sol, na famosa avenida Beira-Mar. A cada dez minutos, o ônibus Grande Circular transporta milhares de usuários. Como nos anos 1930, os pobres desejam usufruir os espaços de lazer reservados para as classes mais abastadas. A diferença é sensível no que se refere ao volume deste fluxo e ao lugar que os banhos de sol ocupam na sociedade, tornando-se, atualmente, mais importantes do que os banhos de mar (URBAIN, 1996). A presença desses atores, associada à poluição, contribui para o deslocamento do lazer das classes abastadas para a praia do Futuro e para clubes profissionais: dos advogados, dos médicos, dos engenheiros, dos juízes etc. (COSTA; ALMEIDA, 1999).

Os elementos referidos até então contribuem para tornar a avenida Beira-Mar um lugar frequentado por atores diversos, que marcam seu território conforme usos e horários diferenciados: os hotéis e *flats*, em decorrência de fluxo turístico crescente, os apartamentos de luxo, nos quais reside a classe abastada; os restaurantes e os bares do outro lado do calçadão, que perdem lugar para os estabelecimentos anteriormente mencionados; os bares e restaurantes no calçadão, cuja clientela é formada por turistas e pessoas que passeiam e se bronzeiam na praia; a feira artesanal no calçadão, na qual turistas compram produtos típicos da região; a Colônia de Pescadores que, até 1998, permanece no extremo leste do calçadão; os equipamentos de ginástica colocados à disposição dos praticantes de esporte; os cabarés, com clientela diversificada etc.

Reina, portanto, atmosfera particular na avenida Beira-Mar, marcada por uma diversidade de atores que se apropriam desse lugar peculiar. A zona de praia, com verdadeira barreira de arranha-céus e suas praias urbanizadas, é incorporada, ora como perspectiva marítima – admirada a partir das janelas dos apartamentos luxuosos e dos hotéis; ora como lugar de realização de uma série de demandas de lazer e de turismo – notadamente os banhos de mar, banhos de sol, passeios, exercício de esporte e o trabalho de toda natureza, da prostituição à pesca, bem como novas atividades como restaurantes, o comércio ambulante, as atividades artísticas etc.

Com o objetivo de incorporar as zonas de praia como lugar de lazer para a população e de responder à demanda da indústria turística emergente, a municipalidade, a partir dos anos 1980, constrói outros calçadões: nas praias de Iracema, do Futuro e da Leste-Oeste.

O calçadão da Praia de Iracema foi construído em espaço erodido pelo mar. Nele, os bares e restaurantes exercem papel preponderante na atração de novos atores, dado que o diferencia da avenida Beira-Mar, onde a praia propriamente dita o validava como ponto de encontro das classes abastadas de Fortaleza. Trata-se de lugar dotado de excelentes bares, com música (principalmente o forró para os turistas) e de ótimos restaurantes, ao longo do calçadão. O uso estimula a vida noturna, sendo o fluxo fraco durante o dia, provavelmente por causa da ausência de faixa de praia, importante na atração de novos atores.

A transformação da praia de Iracema, em lugar de encontro das classes abastadas de Fortaleza e dos turistas, suscita a reação de antigos moradores. A intelectualidade boêmia reclama da perda de lugar que lhe pertencia (LINHARES, 1992). Os antigos moradores veem a substituição de suas mansões por imóveis comerciais (bares, restaurantes, pizzarias), e os que persistem são incomodados pelo barulho e fluxo intenso dos novos usuários.

Essa nova caracterização possibilita, concomitantemente, o reforço da área com construção de hotéis, pousadas e *flats*, bem como de arranha-céus ofertando apartamentos para uma classe média que redescobre a área como lugar de habitação. Propicia-se, portanto, ampliação do paredão de arranha-céus que se concentrava no Meireles, o que, com certeza, foi potencializado com a implementação de projeto pioneiro de reconstrução de praia localizada entre os dois calçadões da praia de Iracema e da avenida Beira-Mar.

A praia do Futuro foi a última zona de praia incorporada à zona urbana de Fortaleza. Localizava-se em área denominada de Sítio Cocó, na qual predominavam usos tradicionais (COSTA, 1988), e que, a exemplo de outras praias, incorporou-se ao espaço urbano, ora como periferia de zona portuária (o Porto do Mucuripe), ora como lugar ocupado para responder à demanda das classes abastadas que frequentavam a praia do Meireles.

Nas proximidades do porto, implanta-se a zona industrial cuja infraestrutura possibilita instalação de indústria de tratamento de produtos alimentares (trigo principalmente), de indústria naval, bem como de indústrias petroquímicas. Tal especialização é seguida pela construção progressiva das residências de pobres, acompanhando a via férrea, favela Verdes Mares e favela do Trilho, e sobre as dunas, favela do Castelo Encantado.

Na faixa de praia contígua à zona portuária, as classes abastadas que dispunham de carro apropriam-se de suas paragens para se aproveitar de zona de praia ainda não ocupada pelos pobres e não marcada por problemas de poluição. Esse movimento inicia-se nos anos 1950 (O POVO, 1951) e consolida-se nos anos 1970.

A construção das avenidas Santos Dumont e Zezé Diogo gera novos fluxos: a) os não desejados pela elite. O paraíso foi descoberto pelos usuários de ônibus, provocando fuga dos primeiros para outras praias. As classes menos abastadas encontram condições para se estabelecer no local. O deslocamento para bairros mais ao sul do Vicente Pinzón reforça a área como popular, cada vez mais relacionada a atores vinculados à pesca, ao porto e ao comércio ambulante de praia. A construção de conjuntos habitacionais pelo antigo BNH (Conjunto Habitacional Nossa Senhora da Paz ou Santa Terezinha), bem como o surgimento de favelas representam essa tendência de ocupação; b) os resultantes da consolidação da área como espaço de lazer e habitação das classes abastada e média.

Com a cessão de terrenos de marinha, os clubes instalam-se. Sobre as dunas, as classes abastadas erguem suas mansões dotadas de sistema de segurança. A classe média mora em apartamentos. Encontra-se, também, na área, pequeno contingente de hotéis; c) os característicos de demanda por espaços de lazer e turísticos. Os usuários frequentam barracas na praia, que oferecem bebidas, alimentos e diversão para toda sorte de clientes, denotando uma especialização espacial – as barracas situadas do Vicente Pinzón até o cruzamento das avenidas Zezé Diogo e Santos Dumont são frequentadas por clientes menos privilegiados, enquanto as situadas após esse cruzamento tendem a especializar-se no atendimento de fluxo

de lazer das classes abastada e média, bem como de representativo fluxo turístico.

Atualmente, território de uso misto caracteriza a praia do Futuro, tornando-a mais diversa do que as outras praias de Fortaleza. É ali que a municipalidade constrói, nos anos 1990, importante calçadão do porto ao rio Cocó. A obra de engenharia reforça o papel da praia do Futuro como lugar de recepção de expressivo fluxo turístico.

A diversidade da praia do Futuro é garantida graças ao comportamento diferenciado do mercado fundiário. Se na praia de Iracema e na avenida Beira-Mar, a construção do calçadão implicou incremento do preço da terra, naquela praia, os preços continuam baixos. A particularidade explica a permanência das classes menos abastadas e a chegada de outros usuários que ocupavam zonas de praia mais valorizadas, como os pescadores que constroem sua Colônia de Pescadores, na avenida Zezé Diogo, após venda da antiga sede, no Mucuripe, para quitar débitos com a Delegacia do Patrimônio da União.

As favelas, os bairros populares, os apartamentos, as residências da classe média e da classe abastada coabitam nesse lugar heterogêneo, com fraca taxa de verticalização. Ademais, a baixa especulação imobiliária permite continuidade das barracas nas zonas de praia, acompanhando toda a extensão do calçadão.

Após os anos 1980, a construção de calçadões não se reduz a uma política pontual de ação do poder público, representando política mais ampla de construção de vias interligando as zonas de praia. Ante essa perspectiva, a Prefeitura prioriza calçadão para assegurar a ligação entre os calçadões da avenida Beira-Mar e da praia de Iracema e calçadão na parte oeste, acompanhando a avenida Leste-Oeste do Marina Park até a praia da Leste-Oeste.

O citado calçadão está preponderantemente relacionado a usos privados. Na zona posterior à Indústria Naval, circunda hotel cinco estrelas (Marina Park). A alguns metros desse hotel, ergue-se uma igreja católica, atualmente frequentada pela classe média vinda de outros bairros, cujos veículos estacionados, na avenida Leste-Oeste, provocam transtornos para os que percorrem a via, em horário de cultos. Na sequência, reforçando o uso, o Governo instalou o posto do batalhão do

Corpo de Bombeiros e estação de tratamento sanitário. A única parte vinculada à atividade de lazer situa-se na praia da Leste-Oeste, frequentada durante os fins de semana e feriados por habitantes da vizinhança, que se deslocam para passear, tomar banhos de mar e de sol, assim como para beber, em barracas. Diferentemente dos outros calçadões, caracteriza-se pela ocupação quase exclusivamente horizontal e uso predominantemente residencial, exceto no extremo leste, onde se encontra o hotel Marina Park.

Figura 9 – Trecho do Calçadão da Praia Leste-Oeste



Fonte: arquivo do autor.

Os polos de lazer

Para responder à demanda das classes menos abastadas, por espaços de lazer na praia, a Prefeitura constrói, nos anos 1980, polos de lazer nas praias do Futuro e Barra do Ceará.

A atração exercida por esses polos sobre referidas classes, em seu entorno e bairros populares, conduz à constituição de paisagem peculiar. Nos polos mencionados, são construídas barracas populares,

especializadas na venda de bebidas, ocupando toda a zona de praia. O comércio ambulante também tem presença marcante, com contingente de homens, de mulheres e de crianças que oferecem seus produtos aos consumidores potenciais.

A adoção de políticas públicas – com a construção de calçadões e, em menor proporção, de polos de lazer – e privadas, durante os anos 1980 e 1990, coloca em cena uma cidade litorânea-marítima que se alimenta dos fluxos turísticos e de lazer. Essas políticas propiciam a predominância dos lugares de consumo sobre os lugares de produção, marcada pela extensão das zonas ocupadas pelos calçadões e pela afirmação dos centros de lazer na paisagem litorânea.

No que se refere aos calçadões, restritos inicialmente à avenida Beira-Mar, acrescentam-se outros calçadões: o da praia de Iracema, da praia do Futuro e da Leste-Oeste, formando uma linha paralela a toda a costa leste e parte da oeste. A comunicação entre os calçadões dessa linha é impossibilitada, em virtude da existência de lugares que se comportam como rugosidades. A ligação entre o calçadão da avenida Beira-Mar e o da praia do Futuro, bem como a ligação entre o calçadão da praia de Iracema e o da praia da Leste-Oeste, é interrompida, respectivamente, pela zona portuária e pela praia privada da Indústria Naval.

Os polos de lazer continuam limitados à praia da Barra do Ceará e à do Futuro. O primeiro situa-se no extremo oeste da cidade, enquanto o segundo pontua o grande calçadão da praia do Futuro.

A materialização das formas indicadas anteriormente provoca a consolidação de paisagem caracterizada por:

- a) lugares em que predominam usos tradicionais e de lazer das classes menos abastadas.

O primeiro grupo se caracteriza pela urbanização predominantemente horizontal, marcado pela presença do polo de lazer da Barra do Ceará, com suas barracas populares, seus clubes-bares e algumas residências secundárias; a grande favela do Pirambu, lugar de habitação das classes desfavorecidas e onde se encontram alguns pescadores; a praia da Leste-Oeste, lugar de lazer das classes menos abastadas, com a

presença de barracas populares, e a existência de bairro popular sobre as dunas, em frente do calçadão;

- b) lugares privatizados, onde se fixaram atividades portuárias, turísticas, religiosas e de serviços.

Figura 10 – Pólo de Lazer da Barra do Ceará, 1998



Fonte: arquivo do autor.

O segundo grupo é representado pela Indústria Naval, situada no Poço das Dragas; o hotel Marina Park, construído em área erodida pelo mar; a igreja Santa Edwirges; o batalhão do Corpo de Bombeiros e a Estação de Tratamento Sanitário de Fortaleza;

- c) lugares turísticos, de lazer e de habitação da classe média.

O terceiro grupo é retratado pela praia de Iracema, onde se encontram, após a construção do calçadão, bares, restaurantes e bom número de arranha-céus. Essas formas exercem forte pressão sobre as antigas residências construídas nos anos 1930;

- d) lugares turísticos, de lazer e de habitação das classes mais abastadas.

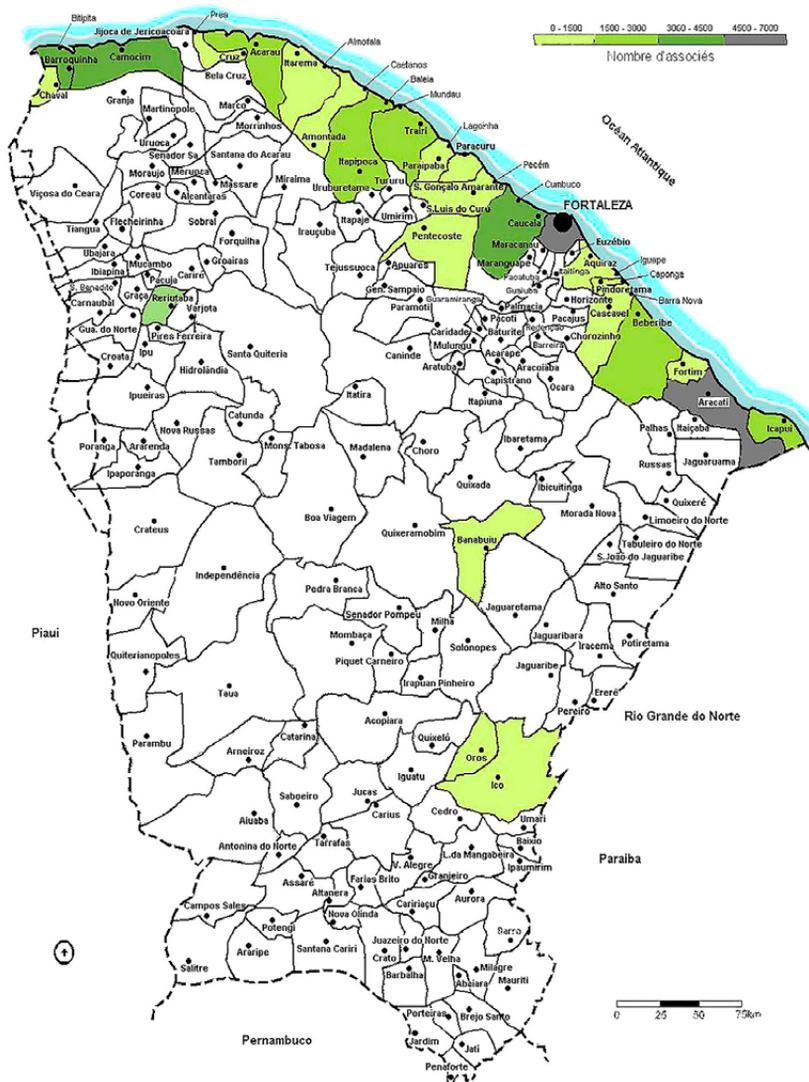
O quarto grupo é representado pela praia do Meireles, onde as atividades de lazer e de turismo suscitam a concentração de restaurantes, de barracas e de uma feira artesanal no calçadão. No que respeita às atividades comerciais, situadas em frente do calçadão, elas são gradativamente substituídas por arranha-céus (apartamentos de luxo e *flats*) que formam verdadeira barreira acompanhando a avenida Beira-Mar;

- e) lugares privados de uso tradicional. O quinto grupo é simbolizado pelo Porto do Mucuripe, com seu meio característico – a zona industrial, a favela e os cabarés;
- f) lugares de uso misto. O último grupo é representado pela praia do Futuro, coabitada por toda sorte de atividades e de atores (das classes menos abastadas, médias e mais abastadas de Fortaleza, bem como turistas, pescadores). Relativamente às habitações, encontram-se mansões das classes abastadas sobre as dunas e apartamentos e casas da classe média, circundadas por favelas e conjuntos populares, num clima singular. No que se refere às atividades de lazer e turísticas, a zona de praia é ocupada por barracas populares e barracas especializadas na recepção de fluxo turístico e de lazer das classes média e abastada, bem como pela Colônia de Pescadores e por uma Estação de Águas.

O fenômeno de valorização das zonas de praia, que volta a cidade para o mar, foi analisado por Paulo Linhares (1992). Conforme esse autor, tal processo produz-se a partir dos anos 1970, com a transformação dessas zonas em equipamento público de lazer, com a construção de calçadões ao longo da zona de praia de Fortaleza.

Na atualidade, percebe-se que as dimensões desse movimento extrapolam os limites de Fortaleza e incorporam, cada vez mais, as praias de outros municípios cearenses. É necessário assinalar outro movimento de incorporação das zonas de praia, que nasce nos anos 1970 com o veraneio e que possibilita a construção de uma cidade litorânea-marítima.

Mapa 2 – Colônias de pescadores no Ceará



Fonte: Dantas (2000).

Veraneio e incorporação da totalidade dos espaços litorâneos do Ceará

Após os anos 1970, a valorização das zonas de praia pelo veraneio provoca movimento peculiar na escala da estrutura urbana do Ceará. Resultado de modificação de relação dos homens com o meio litorâneo, esse movimento apoia-se na tecnologia que propicia redefinir a relação espaço-tempo, permitindo percorrer mais rapidamente as distâncias. Essa característica do mundo contemporâneo dá origem à urbanização das zonas de praia do Ceará, a partir da transformação artificial da natureza, testemunhando a chegada do progresso com a construção de vias e instalação de linhas telefônicas e de energia elétrica. É condição *sine qua non* para utilização de aparelhos elétricos, eletrônicos e de automóveis, possibilitando a extensão dos lugares de consumo no litoral.

Amantes de praias naturais, à procura da paz e da tranquilidade perdidas em Fortaleza, os veranistas constroem, após os anos 1970, residências secundárias nas zonas de praia dos municípios cearenses. Trata-se de escolha que substitui a prática de manutenção de sítios e chácaras no sertão, que prevalecia por volta dos anos 1920 e 1940 (CAMPOS, 1989).

Os amantes de praia, não satisfeitos com o estado das zonas de praia fortalezense – poluídas ou ocupadas por atores indesejáveis –, podem, após a chegada do carro, utilizar as vias de circulação para se deslocar às praias distantes de Fortaleza. Aproveitando-se da frágil infraestrutura desenvolvida para garantir o transporte de produtos provenientes das comunidades litorâneas, o veraneio ocupa, inicialmente, as praias vizinhas de Fortaleza, notadamente as do Icarai e de Cumbuco, em Caucaia, e a praia de Iguape, em Aquiraz.

Esse movimento, originário de Fortaleza, somente se realiza graças à modificação da estrutura de propriedade da terra e da oferta de infraestrutura mínima. Dessa forma, os veranistas podem apropriar-se das praias por meio da construção de residências secundárias, a princípio para as classes abastadas e posteriormente para as classes médias.

A modificação da estrutura da propriedade da terra é obtida mercê da ação dos empreendedores imobiliários, responsáveis por

pressão exercida sobre as zonas de praia, ao comprarem ou tomarem posse de grandes extensões de terra nessa zona, para disponibilizá-las como loteamentos aos veranistas. A construção de infraestrutura torna-se possível com a chegada dos veranistas, que começam a pressionar o poder público, no intuito de dotar os recém-criados loteamentos de condições mínimas de ocupação.

Embora os empreendedores imobiliários ofereçam os loteamentos, é ao estado que se fazem as exigências dos novos frequentadores das zonas de praia, acostumados aos confortos da sociedade urbano-industrial. O estado passa a se responsabilizar pela construção de vias de acesso e de infraestrutura nas zonas de praia.

Essa infraestrutura mínima, garantida com o veraneio, é vislumbrada de forma positiva pelas comunidades litorâneas, pois significa a chegada do progresso, o acesso ao emprego etc.

Apresenta-se, portanto, a lógica de ocupação dos espaços litorâneos diferenciada da anterior. A ocupação dos municípios litorâneos do Ceará (com seus 573 quilômetros de extensão), exceto Fortaleza e as zonas portuárias, correspondia a uma estratégia geopolítica do governo brasileiro de promover a defesa do litoral. Adotada a partir de 1919, essa estratégia vincula-se, de um lado, ao medo de provável invasão estrangeira e, de outro lado, à necessidade de desenvolvimento da pesca como atividade rentável.

A materialização dessa estratégia pela Marinha brasileira e seu desdobramento reforçam o uso característico dos pescadores. A paisagem litorânea registra essa estratégia com o estabelecimento de vinte colônias de pescadores, que contam atualmente com 37.000 membros, em oposição às colônias situadas na proximidade dos açudes: seis no total, contando com 4.061 membros.

Conforme Frederico Villar (1911-1924), comandante da Marinha brasileira, as colônias de pescadores representavam

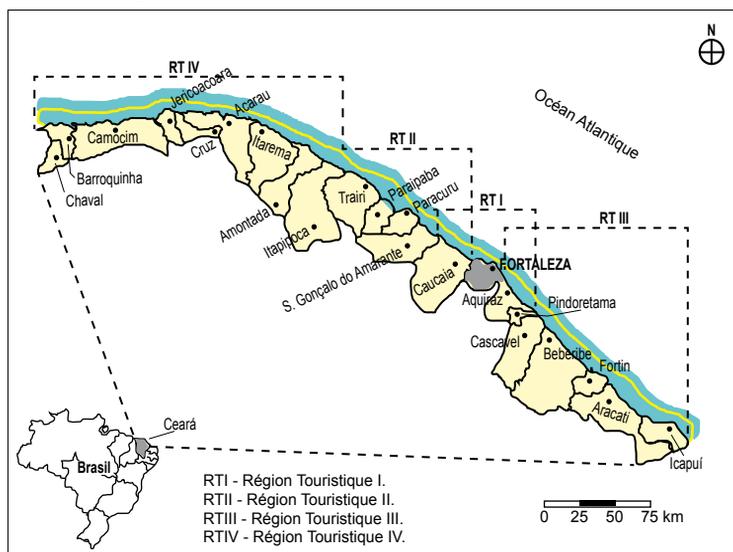
um material precioso que nada nos custará na paz e nos será de grande utilidade em caso de guerra. São reservas de homens e de barcos que se articularão ao mecanismo bélico do país. Verdadeira sentinela avançada da pátria sobre o oceano.

De organização espacial baseada em estratégia geopolítica, orienta-se, com o veraneio, para adoção de lógica próxima daquela imple-

mentada em Fortaleza dos anos 1930. A construção de lugares de consumo nas zonas de praia implica adoção de lógica contrária ao modo de vida dos pescadores, explicitando novos embates e conflitos no litoral, que envolvem veranistas e antigos habitantes das zonas de praia.

No primeiro grupo, distinguem-se práticas diferenciadas, classificadas por Jean Didier Urbain (1996) como veraneio de refúgio, veraneio de coabitação e veraneio popular. A primeira prática liga-se àqueles que se estabelecem nas praias construindo verdadeiros refúgios desvinculados de sua vizinhança. Possuidores de recursos próprios da sociedade de consumo, esses refugiados, provenientes das classes abastadas, refutam toda possibilidade de contato com os autóctones. A segunda prática, o veraneio de coabitação, relaciona-se a veranistas desejosos de coabitação com os autóctones, fato propiciador de deslocamentos cada vez mais distantes e motivados pelo anseio, sem, no entanto, renunciar às benesses da sociedade de consumo. Os veranistas inscrevem-se na categoria de veraneio experimental, por privilegiarem “a relação com o Outro, com o Selvagem, seja ele homem ou meio ambiente: do indígena ou da natureza” (URBAIN, 1996).

Mapa 3 – Regiões turísticas do Prodetur-CE



Fonte: Dantas (2000).

A terceira prática, o veraneio popular, é o dos espaços urbanizados, de segurança máxima, balizados e regulamentados. Para o citado antropólogo, eles seguem o exemplo dado e, por consistir de massa descontrolada, destroem o sonho dos veranistas mencionados anteriormente.

O advento do veraneio popular anuncia a chegada do promotor imobiliário com seus loteamentos a “baixo preço”, tornando acessível a prática do veraneio a grupo mais amplo de consumidores de praias. Trata-se do tipo de veraneio concentrado, principalmente, nas praias que compõem a Região Metropolitana de Fortaleza, constituindo verdadeiras cidades de férias com suas praias totalmente urbanizadas.

Grosso modo, no que se refere aos antigos moradores, constata-se prática dúbia, expressão de resistência e de estratégia de incorporação de novo modo de vida. A resistência se manifesta por intermédio das lutas pela posse da terra, condição para a reprodução das comunidades de pescadores. A esses grupos, aliam-se os adeptos do veraneio de coabitação, preocupados com a possibilidade de modificação da ambiência litorânea por eles escolhida. A incorporação de novo modo de vida se produz com a transformação de antigos pescadores em empreendedores ligados, direta ou indiretamente, às atividades de lazer e de turismo.

Entretanto, independentemente de ser movimento de resistência ou de incorporação, após a chegada do veraneio, assiste-se à consolidação de tendência de expulsão dos pescadores das zonas de praia e à sua inserção na sociedade de consumo, seja como subempregados, seja como pequenos comerciantes absorvendo mão de obra familiar.

A construção de vias, ligando as BRs ou as CEs às praias, bem como obras de infraestrutura mínima, alimentam conflitos sociais que caracterizam o processo inicial de urbanização das zonas de praia cearenses. Fruto de demanda interna, localizada em Fortaleza, provoca a urbanização dessas zonas, inaugurando assim o conflito entre a praia como lugar de consumo e a praia como lugar de produção – a exemplo do ocorrido em Fortaleza.

Os anos de 1970 e 1980 simbolizam importante movimento de transformação e de incorporação das zonas de praia do Ceará à sociedade de consumo; é no final dos anos 1980, porém, que se observa a

intensificação desse processo nos municípios litorâneos, graças à intervenção do estado buscando posicionar o Ceará no mercado turístico nacional e internacional.

Cidade litorânea-interiorana que se faz litorânea-marítima pós-final dos anos 1980

O sucesso das políticas públicas de desenvolvimento da atividade turística anuncia a construção de cidade cuja importância se manifesta em sua capacidade de receber fluxos de turistas e de reparti-los nas zonas de praia.

Nova lógica de construção da cidade e da rede urbana apresenta-se, modificando tendências desenhadas no início da história urbana cearense. De racionalidade fundada sobretudo nas ligações litoral-sertão que volta a capital para essa região, negligenciando ou posicionando secundariamente as zonas de praia e as ligações com o litoral, o estado põe em prática, após final dos anos 1980, política pública de planejamento territorial que reforça as ligações de Fortaleza com as zonas de praia, contribuindo para a consolidação de novos fluxos na rede urbana que privilegiam as relações da capital com o litoral: a valorização das praias como mercadoria turística acrescenta-se à demanda do veraneio.

Este quadro resulta das políticas públicas e privadas, que posicionam Fortaleza no centro da estrutura de incorporação dos municípios litorâneos pelos consumidores de praia. A cidade volta-se, portanto, para a zona costeira.

Fortaleza se volta para a zona costeira

O movimento de constituição da cidade direcionado para a zona costeira inscreve-se, em lógica constante, no Plano de Mudanças do governo do estado, suscitando forte intervenção em dois grandes domínios: o da indústria e o do turismo. O turismo é apresentado como atividade econômica rentável, dado norteador das políticas públicas.

O Programa de Desenvolvimento do Turismo no Estado do Ceará Prodetur-CE, é a expressão maior dessas políticas. Trata-se de política

baseada em ações públicas de planejamento do território e do turismo em escala regional Prodetur-NE, cuja base de recursos é, de um lado, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e, de outro lado, o Banco do Nordeste e os governos locais, em parceria em que cada um deles contribui com 50% do financiamento.

O Prodetur-CE, organizado pelo então Instituto de Planejamento do Ceará (Iplance), distinguiu quatro regiões turísticas no litoral:

- I) região turística I - os municípios de Caucaia, Fortaleza e Aquiraz, que compõem a Região Metropolitana;
- II) região turística II - os municípios de Itapipoca, Trairi, Paraipaba, Paracuru, São Gonçalo do Amarante e Caucaia. Essa região foi definida como zona prioritária do programa;
- III) região turística III - os municípios de Aquiraz, Cascavel, Beberibe, Fortim, Aracati e Icapuí;
- IV) região turística IV - os municípios de Barroquinha, Camocim, Cruz, Acaraú, Itarema, Amontada e Itapipoca.

O programa prevê uma ação por etapas. A zona escolhida para implantação do programa foi a segunda região turística, sendo atualmente indicada a segunda etapa, englobando os municípios da quarta região: Barroquinha, Camocim, Cruz, Acaraú, Itarema, Amontada e Itapipoca.

A particularidade do programa decorre da indicação de papel peculiar atribuído a uma estrutura urbana que reforça o poder de atração de Fortaleza em face das zonas de praia. O Prodetur-CE introduz modificação nas relações hierárquicas estabelecidas entre a capital e o litoral do Ceará, transformando-se em ponto de chegada e de distribuição dos fluxos turísticos.

Graças à posição privilegiada, Fortaleza beneficia-se de atenção especial por parte do governo do estado, com reforço das vias de circulação (aérea e terrestre), especialmente a construção do novo Aeroporto Internacional e de vias litorâneas, iniciando-se na zona oeste: *Sol Poente*.

Ao fim dos anos 1980, observa-se que a política de construção de vias litorâneas procura reforçar o processo de incorporação das zonas

de praia à rede urbana estatal. Durante esse período, uma série de melhorias no sistema de vias litorâneas foi materializada, viabilizando a ligação direta de Fortaleza com os núcleos litorâneos: a CE 040, da capital até Fortim, e a CE 261, de Fortim a Icapuí; a via Estruturante, no final dos anos 1980, propiciando ligação direta e rápida dos núcleos litorâneos da região turística II com Fortaleza; vias secundárias ligando as vias principais à zona de praia.

A essa racionalidade, adapta-se o município de Fortaleza, cuja administração municipal realiza a urbanização das zonas de praia da capital segundo demanda da indústria turística. Ao buscar a intervenção pública criar lugares turísticos, investe na construção de calçadões, principalmente os situados na zona leste e praia de Iracema, e na adaptação das vias de circulação da cidade ao sistema viário litorâneo consolidado pelo estado (ampliação de vias e construção da ponte do rio Ceará) e, além da consolidação de equipamentos turísticos (como o novo Mercado Central), executa trabalhos públicos para tornar a cidade mais agradável aos visitantes.

As políticas públicas adotadas, seja pelo governo do Ceará, seja pela municipalidade, tentando adaptar a capital à nova racionalidade, em parceria com políticas privadas, suscitam forte aumento do fluxo turístico dirigido para o estado, principalmente para Fortaleza, que se torna centro de recepção e de distribuição dos fluxos turísticos. Assiste-se ao sucesso da política de desenvolvimento do turismo, atividade de caráter nacional com forte participação regional, tendo em vista, porém, a inserção no mercado turístico internacional.

Fortaleza, centro de recepção e de distribuição dos fluxos turísticos

De 1995 a 1997, Fortaleza se transforma em polo receptor de fluxo turístico. Contando com 15% do fluxo turístico direcionado para o Nordeste, ocupa, em 1998, o terceiro lugar.

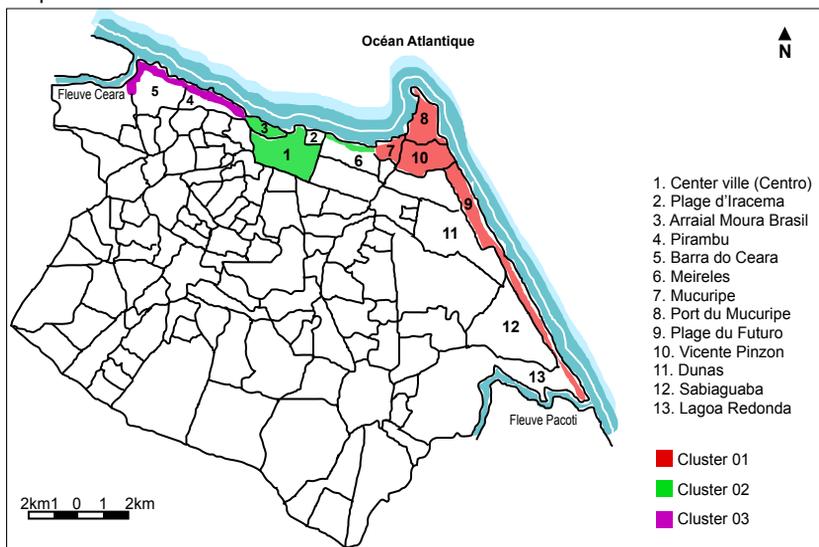
Na caracterização desse fluxo no estado, a Secretaria do Turismo do Ceará (SETUR-CE) afirma tratar-se de litorâneo. Das três zonas geográficas existentes no Ceará (o litoral, o sertão e a serra), o litoral foi

a mais frequentada, com 72,30% do fluxo total, seguido do sertão e da montanha, com 24,00% e 3,70%, respectivamente.

Observa-se concentração do fluxo turístico em zona geográfica que corresponde a menos de 10% do território cearense. Esses fluxos concentram-se nas regiões turísticas I e II: a primeira, correspondendo aos municípios vizinhos de Fortaleza, atrai 32,80% do fluxo total (22,30% em Caucaia e 10,50% em Aquiraz), ou seja, 45,36% do fluxo dirigido para o litoral; a segunda, a leste da capital, conta com 25,60% do fluxo total (sem considerar Aquiraz), a saber: Aracati, Beberibe, Cascavel, Fortim e Icapuí com, respectivamente, 11,80%, 9,90%, 3,40%, 0,40% e 0,20%.

As taxas de frequentação turística são melhoradas caso se considere o fator distância. Traçando uma circunferência com raio de 100 km a partir de Fortaleza – integrando, a oeste, os municípios de Caucaia (RTI-RTII), de São Gonçalo do Amarante (RTII), de Paracuru (RTII) e de Paraipaba (RTII) e, a leste, os municípios de Aquiraz (RTI-RTIII), de Cascavel (RTIII) e de Beberibe (RTIII) –, a porcentagem de frequentação corresponde a 55,55% do fluxo turístico total e a 76,76% do fluxo concentrado nessa região.

Mapa 4 – Clusters



Fonte: Dantas (2000).

As transformações foram sensíveis na consolidação da estrutura urbana do estado. A valorização das zonas de praia como lugar turístico passa pela transformação do sistema de vias existente no Ceará, haja vista a estrutura anterior não ser mais adequada aos novos fluxos provenientes de Fortaleza. O sistema de vias valorizava o sertão como zona produtora de mercadorias a exportar pelo porto de Fortaleza. As ferrovias e as estradas ajustavam-se a esse fluxo, à medida que se direcionavam para o sertão visando a captar e expedir mercadorias para o litoral.

A demanda turística põe em xeque o sistema de vias indicado anteriormente. A adoção de lógica baseada na construção de infraestrutura mínima, bem como a estruturação das vias secundárias, ligando as BRs e as CEs às zonas de praia, são modificadas com a implementação do programa Prodetur-CE.

Para explorar os 570 quilômetros de zona costeira cearense, necessário torna-se construir lugares de recepção e vias de distribuição do fluxo turístico, assim como investir noutros domínios: energia, telefonia, serviços sanitários etc.

Na consolidação dos lugares de recepção dos fluxos turísticos, o porto perde importância com a valorização do aeroporto, como ponto privilegiado de recepção desses fluxos. Conforme o Sebrae-CE/Zaytec, de 1995 a 1998, entre 56,87% (a mais fraca participação, a de janeiro de 1998) e 67,00% (a maior participação, a de janeiro de 1996), os turistas utilizam o avião como meio de transporte. A lógica é menos marcante quando se consideram os fluxos advindos da região Nordeste. Nesse tipo de deslocamento, menos distante do que os outros, privilegiam-se os meios de transporte terrestres, o que justifica a importância do ônibus e, em menor proporção, do carro: contribuição variando entre 32,30% (em janeiro de 1996) e 42,65% (em janeiro de 1998).

Na constituição das vias de distribuição do fluxo turístico no litoral, as novas vias litorâneas desempenham papel fundamental, representando o sistema de vias concebido pelo Prodetur-CE para assegurar as ligações entre Fortaleza e as zonas de praia. Nesse domínio, o governo do Ceará e o Banco Interamericano de Desenvolvimento in-

vestem US\$ 29.200.000,00. A Estruturante foi a primeira via litorânea a partir da capital em direção às zonas de praia, dado que revela outra lógica de circulação característica da valorização das relações estabelecidas entre Fortaleza e o litoral.

Os investimentos públicos, em serviços sanitários (água e esgotamento sanitário), nos quatorze municípios da região Sol Poente, atingem US\$ 27.500.000,00. Outros programas são viabilizados no domínio dos serviços. Em parceria com a Chesf, a Eletrobrás e o BNDES, o governo do Ceará investiu US\$ 47.000.000,00 na expansão da oferta de eletricidade na Região Metropolitana de Fortaleza, no Maciço de Baturité, no Cariri, no Centro-Sul, do mesmo modo no litoral leste e oeste; e, em parceria com o BID e o BIRD, investiu US\$ 115.000.000,00 no fortalecimento da estrutura urbana para a consolidação das indústrias e das atividades turísticas.

Os investimentos privados também se inserem na nova lógica. A hotelaria, como investimento privado relacionado ao fluxo turístico, demonstra bem essa lógica de valorização das zonas de praia. Esse setor transfere suas atividades do Centro de Fortaleza para os bairros litorâneos, principalmente a avenida Beira-Mar.

Os investimentos indicados inauguram o período no qual Fortaleza começa a ampliar sua zona de influência direta com a urbanização do litoral, assinalando, portanto, nova etapa de seu desenvolvimento, cujas características fundamentais são estruturação e fortalecimento das relações espaciais com o litoral.

A inscrição de Fortaleza nas políticas públicas e privadas de desenvolvimento do turismo suscita a construção de nova cidade inspirada nas novas relações da sociedade com o litoral, atualmente eleito como lugar privilegiado, porquanto põe em xeque a divisão clássica da cidade em duas partes, a leste e a oeste: a primeira mais bem cuidada e a segunda “abandonada” pelo poder público.

A análise realizada pelo Prodetur-CE sublinha a importância das zonas de praia, com corte que as qualificam como zonas de intervenção do programa, estendendo-se do litoral até 6 quilômetros no sentido do interior. Fortaleza não escapa a essa regra, sendo as zonas de praia evidenciadas com processo de urbanização ditado pela modificação de

mentalidade da sociedade diante do mar. As ações do poder público situam-se, pois, desvinculadas de antiga lógica, aquela que opunha a zona oeste à zona leste.

Toda a zona de praia é palco das ações. Em curso de realização, o Projeto Fortaleza Atlântica reforça a lógica de exploração desses espaços, com a divisão do litoral de Fortaleza em três zonas de intervenção, denominadas de *clusters*: *cluster 1*, do porto do Mucuripe até a praia do Futuro; *cluster 2*, da avenida Beira-Mar até a praia da Leste-Oeste; *cluster 3*, do Pirambu até o rio Ceará. O projeto testemunha a apropriação dessa zona como recurso de lazer e, sobretudo, turístico. Conforme a Setur-CE, esse novo conceito engendra diferentes atividades econômicas, bem como parcerias entre empreendedores, agentes financeiros e outros atores da sociedade para fortalecer a capacidade competitiva do turismo.

A primeira zona (*cluster 1*), denominada Portal do Mucuripe, correspondeu à primeira etapa do projeto indicado anteriormente. Como consequência da estruturação do novo porto no Pecém, o governo do Ceará se preocupa em redefinir os usos nessa parte do litoral, zona portuária que deveria, de acordo com a proposta, ser replanejada em parceria com a iniciativa privada.

Os objetivos dessa parceria seriam: a transformação do porto para absorver os fluxos turísticos, notadamente recepção de transatlânticos; a urbanização da praia Mansa, com a construção de um complexo náutico comportando aquário, museu do mar, centro de reabilitação da vida marinha, centro de serviços e centro de negócios; a reurbanização da vizinhança, com a construção de vias de acesso à praia Mansa, estações etc.

Nesse sentido, a Fundação Fortaleza Atlântica organizou concurso, cujo vencedor concebeu obelisco de 180 metros de altura, simbolizando o mastro de navio, a ser erguido na praia Mansa e constante em proposta de construção de complexo turístico. Atualmente tal projeto encontra-se engavetado, por inexistência de investidores interessados.

A segunda zona (*cluster 2*) corresponde ao corredor turístico e cultural da cidade. A criação do Centro Cultural Dragão do Mar e do Mercado Central, em 1998, inscreve-se nesse quadro, sendo atual-

mente pensada para a área, em detrimento de movimento contrário organizado pela sociedade civil, a do Centro de Feiras e Eventos no Poço das Dragas.

A terceira zona (*cluster 3*) consiste em projeto de incorporação do Pirambu, da Barra do Ceará e do rio Ceará à dinâmica turística. Nessa zona, o projeto de construção da avenida Costa Oeste responde à estratégia do estado em promover a construção de via litorânea seguindo zona ocupada por favelas. A conclusão da via, com 5,20 quilômetros de extensão, implicará o remanejamento de 1.500 a 2.000 famílias de zona tradicionalmente ocupada por população pobre (O POVO, 1998).

O Projeto Fortaleza Atlântica coloca em destaque política que visa a voltar Fortaleza para o mar, estabelecendo contato entre o lado continental e o lado oceânico. Tal intento continua e se fortalece no tempo, dos projetos pensados nesse período pouco foi implementado, mas outros ocupam a cena, como a previsão de construção do Aquário de Fortaleza na região do Porto das Dragas.

A cidade que se encontrava no litoral, voltada para o sertão, adapta-se à nova política de inserção no mercado turístico. Uma visão litorânea-marítima se impõe a uma cidade litorânea que se prestava a servir o interior. Trata-se, após os anos 1990, da transformação de Fortaleza em centro de recepção e de distribuição dos fluxos turísticos, com a materialização da política de desenvolvimento do turismo no Ceará, que busca “voltar Fortaleza para o Atlântico, abrindo a cidade construída para o mar integrando o lado oceânico ao lado continental” (CEARÁ, 1998).

Embora as políticas públicas de planejamento indicadas até então reforcem o papel do estado, como produtor de espaço de circulação, sua intervenção não se limita a esse domínio. Por meio de ações organizadas pela Setur-CE e em parceria com a iniciativa privada, contribui igualmente para a construção de imagem turística do Ceará centrada na *Cidade do Sol*, a capital.

A cidade litorânea-marítima é assim construída, com transformações que promovem a passagem de uma sociedade interiorana para uma sociedade marítima. A modificação de mentalidade, associada à

evidenciação de novas relações com o meio ambiente e o espaço, suscita a valorização das zonas de praia no seio da sociedade local.

A imagem do Ceará como a terra do sol, dos coqueiros e das jangadas, correntemente empregada pela mídia, cria novo quadro de representações que faz de Fortaleza a cidade das belas praias (ALMEIDA, 1994). Essa imagem é fortalecida à medida que o estado, em parceria com a iniciativa privada (os empreendedores turísticos), adota política de *marketing* fazendo referência à capital indicada como divisor de águas, reforça-se sua imagem de *Cidade do Sol*, oferecendo conjunto de praias aos turistas, tendo em vista valorizar a zona costeira do estado (dunas, falésias e principalmente praias).

A construção da imagem turística de Fortaleza: a *Cidade do Sol*

A imagem da *Cidade do Sol*, difundida pela mídia impressa e televisionada, serve de suporte para comunicação de porte simbólico, transmissor de mensagem direcionada a grupo específico: os consumidores de praia.

Nessa perspectiva, prospectos são elaborados e programas de televisão são difundidos, a fim de apresentar e reforçar a imagem turística de Fortaleza.

A mídia impressa evidencia paisagens naturais acessíveis a partir de Fortaleza. Chegando à *Cidade do Sol*, os consumidores de praia podem ter acesso a todo o conjunto do litoral cearense.

No que se refere à televisão, a parceria entre o governo do Ceará, empreendedores turísticos e a Rede Globo possibilitou a produção de três novelas, tendo como cenário a paisagem natural do litoral cearense. A primeira, *Final feliz*, foi realizada em 1983; a segunda, *Tropicaliente*, em 1994, e a terceira, *Meu bem querer*, em 1998-1999. Marcos Paulo, um dos diretores de novelas da Rede Globo, afirma que as cenas dessas novelas foram gravadas conforme fórmula simples que procura, a partir da apresentação da paisagem litorânea aos espectadores, desenvolver a indústria turística (O POVO, 1998). Cenas cinematográficas que ex-

ploram a natureza em toda sua potencialidade geram ondas de felizes adeptos das praias para Fortaleza, dado ainda percebido na atualidade, segundo indica o então Presidente do Fortaleza Convention & Visitors Bureau, Eliseu Barros, em entrevista concedida ao Jornal *O Povo* (1998).

No entanto, os investimentos do estado e de seus parceiros privados na difusão da nova imagem turística do Ceará não se limitam a esse domínio.

Algo em torno de 1.600.000 reais foram investidos, até 1999, pelo governo do Ceará, via Setur-CE, pela Associação Brasileira de Indústrias Hoteleiras do Ceará (ABIH-CE) e pelo Beach Park, graças a uma ação publicitária de *marketing* turístico nas revistas *Veja*, *Veja Especial*, *Viaje Bem*, *Check In*, *Brasilturis*, *All Pernambuco* e no jornal *Gazeta Mercantil* (O POVO, 1998).

Outros eventos são também destinados a valorizar as riquezas naturais e culturais do Ceará, de modo especial os esportes marítimos e o prêmio cinematográfico.

Quanto aos eventos esportivos, o governo atua conforme duas escalas: uma internacional e outra nacional. Em escala internacional, difunde, após 1992, a imagem do Ceará (vantagens naturais de suas praias – água quente, vento etc. – bem como infraestrutura existente) em revistas internacionais de *Windsurf* na Europa (revista alemã *Surf Magazin*). Essa difusão foi importante na decisão da *Professional Windsurfers Association* (PWA) em realizar no estado o *Wind Grand Slam 97* em 1997 (organizado a primeira vez na América do Sul) e o *Ceará Wind 98* em 1998. Campeonato Internacional de *Windsurf*, reunindo participantes vindos de 70 países e difundido pela CNN em 140 países, visava a permitir que o litoral do Ceará figurasse em lista de praias seletas, frequentadas por 10 milhões de praticantes de *windsurf* no mundo. Na mesma perspectiva e em escala nacional, o estado, em parceria com a iniciativa privada, assegura a promoção de competições de *surf* e de *windsurf*. A primeira competição, por ocasião do *Maresia Surf Festival*, que dá pontos para o *World Qualiffing Series* (WQS), realizou-se em 1993, 1996 e 1998. A segunda competição, em 1999, no momento da etapa nacional do *windsurf*, assegura a classificação de esportistas para o circuito mundial.

O cinema inscreve-se em projetos do governo para “vender” as paisagens naturais do Ceará. A Lei Estadual de Incentivos Fiscais à Cultura, de julho de 1995 (Lei Jereissati), serve de suporte a essa política, atraindo produtores de cinema, graças a subvenções estatais, que utilizam a paisagem como pano de fundo dos filmes. A título de exemplo, em 1997, expressiva parte do filme *A ostra e o vento*, participante dos Festivais de Veneza, Toronto e Biarritz, foi rodada em Jericoacoara e em Fortaleza. Outros filmes concorrentes ao Prêmio de Cinema do Ceará fundam-se nos mesmos princípios, como *Amá-la*, curta metragem de Roberta Marques (1997), *Bela Donna* e *O Noviço Rebelde* em 1999.

A indicação dessa nova variável sugere ruptura com a tradição cinematográfica iniciada nos anos 1930, quando se utilizava o cinema como potente instrumento de afirmação da história e da cultura de um povo. Nessa perspectiva, produtores de cinema tornam-se célebres redescobrimdo a saga do homem do Nordeste e participando da construção do arquétipo do nordestino (os retirantes, os cangaceiros, os fanáticos religiosos e os coronéis do sertão, bem como os pescadores no litoral). Nessa época, podem-se ressaltar realizações como *Deus e o Diabo na Terra do Sol*, de Glauber Rocha (1964), e a do célebre produtor norte-americano Orson Welles, que realizou, em 1942, filme sobre a saga dos pescadores cearenses. Outros filmes de menor importância, mas representativos desse quadro, foram desenvolvidos no Ceará: *Eterna esperança*, filme americano de 1937; *Jangada*, em 1947 (infelizmente destruído em incêndio antes de sua apresentação ao público).

A apresentação do litoral pela mídia expõe a lógica de exploração que situa as características naturais no centro da valorização do litoral. Um litoral semiárido cujas condições climáticas – a temperatura média e, principalmente, a concentração das chuvas no tempo e no espaço – permitem a exploração turística durante quase todo o ano. As secas que caracterizam as regiões semiáridas brasileiras são assim usadas em termos turísticos. Esse fenômeno natural cria condições favoráveis para os turistas se utilizarem das praias durante todo o ano, sem medo das chuvas.

A criação do seguro-sol, pelo governador Ciro Gomes (1991-1994), ilustra bem a valorização da seca. Aproveita-se dessa peculiaridade e garante o verão a todos os turistas que visitam o Ceará. A seca é, portanto, vendida como objeto turístico, o que ocasiona a inversão de sua imagem antiga, ligada à miséria, à pobreza, à fome.

Dessa forma, a *Cidade do Sol* constrói-se, implicando transformações que provocam passagem de uma sociedade interiorana para uma sociedade marítima. A modificação de mentalidade, associada à incorporação de novas relações com o meio ambiente e o espaço, favorece a valorização das zonas de praia no seio da sociedade local.

A par da valorização das zonas de praia dos países em desenvolvimento, anuncia-se o movimento de reestruturação do processo de organização espacial das cidades. Até nos anos 1960, as funções urbanas (portuárias principalmente) eram orientadas para o interior do país: zonas de produção para o mercado internacional. Essas cidades voltam-se posteriormente para a exploração do litoral propriamente dito, utilizando suas potencialidades naturais e culturais para se inscrever no mercado turístico internacional e/ou nacional.

Com a transformação das cidades e vilarejos litorâneos em pontos de recepção e/ou pontos de distribuição dos fluxos turísticos, observa-se a valorização contemporânea do litoral. Esse fenômeno impõe-se como elemento de reflexão ao exigir modificação dos usos no litoral, espaço que deixa de ser virgem, ou simplesmente lugar de habitação e de trabalho dos pescadores, e se transmuda, atualmente, em lugar de negócios, sob o efeito da especulação imobiliária e do veraneio e, principalmente, dos empreendedores turísticos e dos turistas. Fortaleza não escapa à regra e torna-se gradualmente, a partir do final dos anos 1980, uma cidade litorânea-marítima, que dispõe de quadro natural peculiar (relativo ao Ceará) que reforça a atração das belas praias, das dunas e das falésias, em face do turismo e do veraneio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A forte atração que o mar exerce sobre a humanidade explicita-se como verdadeiro fenômeno de sociedade. A tocar sobremaneira os cearenses, a construção da maritimidade no estado encontra suas origens em Fortaleza, lócus pioneiro de constituição das primeiras práticas marítimas.

A cidade que menosprezava a zona de praia volta-se, no século XX, para o mar, representando modificação de mentalidade que toca toda a sociedade cearense e se expande no território a partir da capital.

A incorporação inicial das zonas de praia dá-se, timidamente, a partir da praia de Iracema, por volta dos anos 1930, com a valorização do banho de mar pela elite local. A nova prática marítima, associada a certas inovações tecnológicas (particularmente o bonde), propicia a consolidação dessa praia como lócus pioneiro de segunda residência.

Com a construção dos calçadões, iniciada no fim dos anos 1970, essa incorporação amplia-se para outros bairros litorâneos. De início, praia do Meireles, posteriormente, praia do Futuro e, mais recentemente, a de Iracema e a da Leste-Oeste. O calçadão, associado ao lazer e à possibilidade do habitar na praia, representa o redirecionamento da malha urbana da cidade para as zonas de praia, ocupando, portanto, estreita faixa de terra: terrenos de marinha.

Com essa limitação (“raridade”), não é de estranhar o interesse particular dos empreendedores imobiliários em apropriarem-se desses espaços, verdadeiro filé *mignon* do mercado imobiliário, que se ali-

menta do anseio de consumidores em enquadrarem o mar na janela de seu apartamento, efeito paisagístico-contemplativo.

Representativa da modificação de mentalidade da sociedade local em relação ao mar, essa incorporação se amplia com o veraneio, adotado nos municípios litorâneos do Ceará a partir dos anos 1970, e se intensifica com o advento do turismo consolidado desde os anos 1990.

A exemplo da elite local, que deixa de ser interiorana e quer sentir-se marítima morando próximo do mar, os turistas buscam esses mesmos espaços. Conjugando anseios dos amantes do mar, os empreendedores imobiliários e turísticos atuam, alimentando conflitos no litoral que ensejam embate entre duas lógicas: uma de caráter mercantilista, explicitada anteriormente, e outra vinculada às práticas tradicionais, relacionada notadamente às comunidades litorâneas que são gradualmente tolhidas do direito de permanecerem nas zonas de praia.

Com a implementação de política de *marketing*, fortalece-se o quadro simbólico representativo de uma sociedade litorânea-marítima, desejosa de mar e para ele voltada. Entretanto, a consolidação desse quadro, que atualmente extrapola os limites da capital e se dilui na totalidade do litoral cearense, impõe reflexão quanto à forma de apropriar-se desses espaços. Se a construção da maritimidade, retratada nas novas práticas marítimas, é fato concreto, urge adotar postura responsável e respeitosa, tanto dos limites impostos pela natureza frágil das zonas de praia, quanto das comunidades litorâneas que persistem nesses espaços.

Tal fenômeno se reforça na atualidade, com a incorporação, mais do que significativa, de empreendimentos imobiliários associados à dinâmica turística. Fenômeno recente, atrai interesse de pesquisadores, a apontarem para lógica de urbanização litorânea metropolitana a nortear dinâmica de modernização das cidades primazes nordestinas. É sob esse novo patamar, alicerçado, além dos investimentos públicos, em volume de capitais internacionais, que as zonas de praia das metrópoles nordestinas são redimensionadas, denotando reforço de papel estratégico de suas capitais (DANTAS; FERREIRA; LIVRAMENTO, 2010).

BIBLIOGRAFIA

ABREU, C. de. *Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*. Fortaleza: Livraria Briguiet, 1960.

ABREU, C. de. Vaz de Caminha e sua carta. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, t. 24, 1910.

ABREU, M. de A. A apropriação do território no Brasil colonial. In: CASTRO, I. E. de (org.). *Explorações geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1997.

AGASSIZ, E. *et al. Viagem ao Brasil (1865-1866)*. São Paulo: Brasiliense, 1938.

ALMEIDA, M. G. de *et al.* Desenvolvimento urbano e a questão ambiental no Ceará. In: ALMEIDA, M. G. de *et al. Diagnóstico sócio-ambiental do Ceará*. Fortaleza: BNB, 1992.

ALMEIDA, M. G. de. *Turismo no Ceará: reflexões sobre o processo e implicações para o litoral cearense*. Natal: Caderno Norte Rio-Grandense de Temas Geográficos, UFRN/CCHLA/DGE, 1994.

ARAGÃO, R. B. *Índios do Ceará e topônimos indígenas*. Fortaleza: Barraca do Escritor Cearense, 1991.

ASCHER, F. *et al. La production du tourisme*. Paris: IFU, 1978.

BARBOSA, A. C. Recordações de uma viagem feita ao Estado do Ceará. *Revista da Academia Cearense de Letras*, Fortaleza, t. 4, 1889.

BARREIRA, I. A. F. *et al. Os desafios da gestão municipal democrática*. Recife: Instituto Polis, 1998.

- BARROSO, G. Poeira do tempo: memórias. *Revista Vida Literária*, Rio de Janeiro, 1939.
- BARROSO, G. *Praias e várzeas, alma sertaneja*. Rio de Janeiro: Academia Cearense de Letras, 1979.
- BARROSO, G. *Terra de sol*. Rio de Janeiro: B. de Aquila, 1912.
- BECK, M. Journael en andere bescheyden van Mathias Becke cyt Siara. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, t. 17, 1903.
- BEZERRA, A. As praias. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, t. 16, 1902.
- BRASIL, T. P. de S. Importância da vida humana como factor da riqueza. *Revista da Academia Cearense de Letras*, Fortaleza, t. 1, 1896.
- BRÍGIDO, J. A Capitania do Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, t. 24, 1910.
- CAMPOS, E. *A memória imperfeita*. Fortaleza: Expressão Gráfica, 1993.
- CAMPOS, E. *Gustavo Barroso: sol, mar e sertão*. Fortaleza: Edições UFC, 1988.
- CAMPOS, E. *Mucuripe*. Fortaleza, 1989.
- CAMPOS, E. *O inventário do cotidiano*. Fortaleza: Editora da Fundação Cultural de Fortaleza/PMF, 1996.
- CARLOS, A. F. A. *A cidade*. São Paulo: Contexto, 1992.
- CASTRO, J. L. de. *Fatores de localização e expansão da cidade de Fortaleza*. Fortaleza: Edições UFC, 1977.
- CEARÁ. PRODETURIS-CE. *Programa de Desenvolvimento do Turismo em Área Prioritária do Litoral do Ceará*. Fortaleza, 1991.
- CEARÁ. Secretaria de Turismo. *Ceará turismo*. Fortaleza, 1998.
- CEARÁ. Secretaria de Turismo. *O turismo: política estratégica para o desenvolvimento sustentável do Ceará (1995-2020)*. Fortaleza, 1998.
- CLAVAL, P. *A Geografia cultural*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001.
- CLAVAL, P. “A volta do cultural” na Geografia. *Mercator*, Fortaleza, ano 1, n. 1, 2002.

- CLAVAL, P. Conclusion. In: PERON, F. *et al.* (org.). *La maritimité aujourd'hui*. Paris : Éditions L'Harmattan, 1996.
- CLAVAL, P. *et al.* (org.). *Métropolisation et politique*. Paris: Harmattan, 1997.
- CORBIN, A. *Le territoire du vide: l'Occident et le désir du rivage (1750-1840)*. Paris: Aubier, 1988.
- CORDEIRO NETO, M. *Avenida Beira-Mar*. Fortaleza, 1964.
- CORIOLANO, L. N. Turismo e organização espacial em Fortaleza. *Espaço Aberto*, Fortaleza, n. 1, 1989.
- COSTA, M. C. L. *Cidade 2.000*. 1988. Dissertação (Mestrado em Geografia) – USP/FFLCH, São Paulo, 1988.
- COSTA, M. C. L.; ALMEIDA, M. G. de. Travail, loisir et tourisme. In: PITTE, J. R. *et al.* *Géographie et liberté*. Paris: Harmattan, 1999.
- DANTAS, E. W. C. A construção da imagem turística de Fortaleza. *Mercator*, ano 1, n. 1, 2002.
- DANTAS, E. W. C. Cidades litorâneas marítimas tropicais: construção da segunda metade do século XX, fato no século XXI. In: SILVA, J. B. da; LIMA, L. C.; DANTAS, E. W. C. (org.). *Panorama da geografia brasileira 2*. São Paulo: Annablume, 2006. p. 79-89.
- DANTAS, E. W. C. *Fortaleza et le Ceará*. Essai de géopolitique d'un pays de colonisation tardive: de la colonisation à mutation touristique contemporaine. 2000. 442 f. Tese (Doutorado em Geografia e Planejamento) – Université de Paris IV – Sorbonne, Paris, 2000.
- DANTAS, E. W. C. *Maritimidade nos trópicos: por uma geografia do litoral*. 2. ed. Fortaleza: Edições UFC, 2010. v. 1, 127 p.
- DANTAS, E. W. C. O mar e o marítimo nos trópicos. *GEOUSP*, São Paulo, n. 15, 2004.
- DANTAS, E. W. C.; FERREIRA, A. L.; LIVRAMENTO, M. C. (org.). *Turismo e imobiliário nas metrópoles*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010. v. 1, 224 p.

- DELUMEAU, J. *La peur en Occident: XVIème-XVIIIème siècles*. Paris: Fayard, 1978.
- DURANT, G. *Champs de l'imaginaire*. Grenoble: Ellug, 1996.
- ENTREVISTA com prefeito de Fortaleza Antônio Cambraia. *Diário do Nordeste*, 16 jul. 1995.
- FERNANDES, Y. *Notícias do povo cearense*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1977.
- FIGUEIRA, L. Relação do Maranhão. In: FIGUEIRA, L. *Três documentos do Ceará Colonial*. Fortaleza: Departamento de Imprensa Oficial, 1967.
- FONSECA, H. J. Urbanismo renascentista: o caso de Salvador. *Con(s) ciência*, Vitória da Conquista, n. 4, 1993.
- GIRÃO, R. Interpretação de Fortaleza. In: GIRÃO, R. et al. (org.). *Retrato de Fortaleza*. Fortaleza: Editora do Instituto do Ceará, 1954.
- JUCÁ, G. N. M. *O lazer em Fortaleza*. Fortaleza: UFC/NUDOC, 1996.
- JUCÁ, G. N. M. *Verso e reverso do perfil urbano do Recife e de Fortaleza (1945-1960)*. 1993. Tese (Doutorado em História Social) – USP/FFLCH, São Paulo, 1993.
- KOSTER, H. *Voyage dans la partie septentrionale du Brésil*. Paris: Impense Defain, 1818.
- LA BLACHE, P. V. de. *Principes de géographie humaine*. Paris: Éditions UTZ, 1995.
- LEFEBVRE, H. *De L'État*. Paris: Union Générale Éditions, 1978. v. 4.
- LÉRY, J. de. *Histoire d'un voyage en terre du Brésil*. Paris: Bibliothèque Classique, 1994.
- LINHARES, P. *Cidade de água e sal*. Fortaleza: Editora Fundação Demócrito Rocha, 1992.
- LLINAS, M. S. Tourisme, insularité et maritimité. In: PERON, F. et al. (org.). *La Maritimité aujourd'hui*. Paris: Harmattan, 1996.
- MELLO, A. da S. Fortaleza. In: MELLO, A. da S. *Nordeste brasileiro*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1953.

- MENEZES, D. *O outro Nordeste*. Fortaleza: Edições UFC, 1995.
- MENEZES, L. B. A. de. Memória sobre a capitania independente do Ceará Grande. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, t. 11, 1897.
- NEVES, B. A. de C. *Do mar ao museu*. Fortaleza: Museu do Ceará: Secult, 2000.
- O POVO. Reportagens: 21/11/1951, 6/11/97, 24/9/98, 23/2/99, 26/4/98, 25/3/98, 20/11/51, 19/1/99.
- PAIVA, M. de O. *A afilhada*. Fortaleza: Editora Anhambi, 1971.
- PEREIRA, F. F. Costa do Ceará. In: PEREIRA, F. F. *Roteiro da costa norte do Brazil desde Maceió até Pará*. Recife: Tipographia do Journal do Recife, 1877.
- PERON, F. De la maritimé... In: PERON, F. et al. (org.). *La maritimé aujourd'hui*. Paris: Harmattan, 1996.
- PERON, F.; RIEUCAU, J. *La maritimé aujourd'hui*. Paris: Harmattan, 1996.
- POMPEU SOBRINHO, T. O homem do Nordeste. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, t. 51, 1937.
- POMPEU SOBRINHO, T. Introduction, notes et commentaires. In: FIGUEIRA, L. *Três documentos do Ceará Colonial*. Fortaleza: IOF, 1967.
- PONTE, S. R. *Fortaleza belle époque*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1993.
- PORTO, J. da C. *Estudo sobre o sistema sesmarial*. Recife: Imprensa Universitária, 1965.
- PREVELAKIS, M. La double signification de la maritimé dans la culture hellénique. In: PERON, F. et al. (org.). *La maritimé aujourd'hui*. Paris: Harmattan, 1996.
- RAOULX, B. Les paradoxes de la maritimé. In: PERON, F. et al. (org.). *La maritimé aujourd'hui*. Paris: Harmattan, 1996.
- ROCHA JUNIOR, A. M. da. *O mar e a expansão urbana de Fortaleza*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) –

Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1984.

SILVA, J. B. da. *Os incomodados não se retiram*. Fortaleza: Multi-graf, 1992.

SOUSA, G. S. de. Capítulo CXXVII: que trata dos homens marinhos. In: SOUSA, G. S. de. *Notícias do Brasil*. São Paulo: MEC, 1974.

SOUSA, J. B. de. Civilização da pecuária. *Revista da Academia Cearense de Letras*, Fortaleza, n. 28, 1959.

SOUZA, M. S. de. *Fortaleza: uma análise da estrutura urbana*. Guia de Excursão do 3º Encontro Nacional de Geógrafos, Fortaleza, 1978.

STUDART, G. S. Bar. de. Climatologia, epidemias e endemias do Ceará. *Revista da Academia Cearense de Letras*, Fortaleza, t. 14, 1909.

THEVET, A. *Les singularités de la France Antarctique (1557)*. Paris: Édition Chadeigne, 1997.

TOLLENARE, L. F. *Notes dominicales*. Paris: Presses Universitaires de France, 1971-1973.

TROCHET, J. R. *Géographie historique*. Paris: Édition Nathan, 1998.

URBAIN, J. D. *Sur la plage*. Paris: Petite Bibliothèque Payot, 1996.

VILLAR, F. *A nacionalização da pesca e a regulamentação dos seus serviços*. Rio de Janeiro: Lithographia, 1924.

VILLAR, F. *Indústrias da pesca*. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1911.

O AUTOR

Eustógio Wanderley Correia Dantas

Professor Titular da Universidade Federal do Ceará. Doutor em Geografia e Planejamento – Université de Paris IV (Paris-Sorbonne) (2000). Exerce trabalhos de orientação na Pós-Graduação em Geografia, na qual foi coordenador de 2004 a 2008, e no Doutorado e Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente (Prodema). Atuou como Professor Visitante na Université de Paris IV – Sorbonne (Institut de Géographie) (2008) e na Université d'Angers (UFR ESTHUA, Tourisme et Culture) (2018). Indicado Coordenador de Área da Geografia na CAPES para o quadriênio 2014-2017. Eleito sócio efetivo do Instituto do Ceará (Geográfico, Histórico e Antropológico) em 2013. Atuação como editor de periódicos (MERCATOR, 2004/Atual e da Revista da ANPEGE, 2003/2005 e 2010/14) e de Coleção de Livros (da SPRINGER - “The Latin Studies Book Series” e “SpringerBrief in Latin American Studies”, 2016/Atual e da UFC - Coleção Estudos Geográficos, 2009/Atual). Compõe a Comissão Editorial dos Cadernos das Metrôpoles (IPPUR-UFRJ, 2011-Atual) e participa do Conselho Científico de periódicos na área da geografia e afins: Revista Franco-brasileira Confins, Revista GOT (Portugal), Geosp, Ateliê Geográfico, Vivência (2002-2011), Revista Eletrônica Caminhos da Geografia, Geotextos, etc. Atua na área de Geografia e Estudos multidisciplinares, com ênfase na temática urbana: comércio, emprego informal, maritimidade e urbanização litorânea.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem aos financiamentos dos projetos:

- Funcap/FCT Proc. 00141-00015.01.00/18: GRAMPCITY;
- Capes PGPSE Proc. 88887.123947/2016-00: Sistemas Ambientais costeiros e ocupação econômica do Nordeste;
- Capes Print Proc. 88887.312019/2018-00: Integrated socio-environmental technologies and methods for territorial sustainability: alternatives for local communities in the context of climate change; e
- Programa Capes/Funcap Proc. 88887.165948/2018-00: Apoio às Estratégias de Cooperação Científica do Programa de Pós-Graduação em Geografia – UFC.

Visite nosso site:
www.imprensa.ufc.br



[Versão digital](#)

Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará - UFC
Av. da Universidade, 2932 - Benfica
CEP.: 60020-181 - Fortaleza - Ceará - Brasil
Fone: (85) 3366.7485 / 7486
imprensa@proplad.ufc.br

A Universidade Federal do Ceará contribui por excelência para a educação e para a ciência em nosso país. Como um dos seus avanços acadêmicos, merece destaque o desenvolvimento da pós-graduação, que fortalece o pilar da formação de recursos humanos por meio da pesquisa.

A pós-graduação brasileira, sistematicamente avaliada nas últimas décadas, ganha credibilidade, e seus pesquisadores gozam de reconhecimento internacional. Nesse processo, o livro integra a produção intelectual acadêmica das múltiplas áreas que compõem o quadro científico da Universidade e apura os esforços dos pesquisadores que veiculam parte de sua produção nesse formato.

A Coleção de Estudos da Pós-Graduação foi criada, portanto, para apoiar os programas de pós-graduação *stricto sensu* da UFC e consolidar uma política acadêmica, científica e institucional de valorização da pesquisa, ao franquear o curso da produção intelectual em forma de livro.

